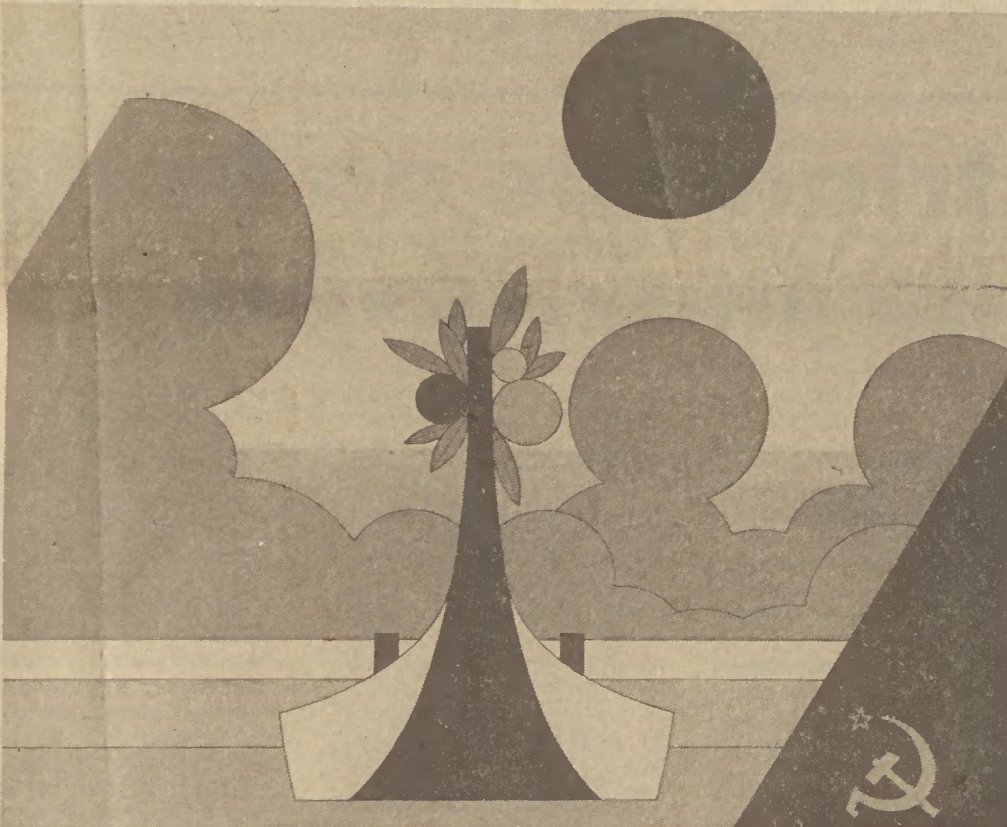




ÁLVARO CUNHAL EM BRAGA

«Basta que a "AD" seja corrida do Governo e perca a maioria na AR em novas eleições para que o golpe seja evitado e para que as armas que a "AD" quis obter com a revisão da Constituição se voltem contra ela" - **Págs. centrais**

Aveiro Festa 82



Comício com Álvaro Cunhal no sábado

DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A SITUAÇÃO POLÍTICA APÓS A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO PERIGOS, PERSPECTIVAS E TAREFAS

O Comité Central do Partido Comunista Português, na sua reunião plenária de 6 e 7 de Setembro, examinou a situação política e definiu as tarefas fundamentais do Partido para os tempos mais próximos.

1. Traço fundamental da situação: o avanço do plano golpista da «AD»

O traço característico fundamental da situação actual em torno do qual decorrerão os principais acontecimentos políticos nos tempos próximos é o prosseguimento da realização do plano golpista da «AD» contra o regime democrático.

A «AD» não conseguiu é certo impor totalmente o seu projecto de revisão da Constituição. Mas com a lei da revisão, aprovada na Assembleia da República pelos votos da «AD» e do PS, que altera profundamente o sistema do poder político, a «AD» conseguiu um sério êxito e deu um novo e importante passo na realização do seu plano golpista.

A lei da revisão tem o claro objectivo de servir de instrumento de um golpe contra o regime. Deveria ser declarada inconstitucional. Mas neste momento, nada permite supor que o será.

Tendo como certa a promulgação da lei da revisão, a «AD» prepara-se para fazer aprovar na Assembleia da República (de novo com o apoio do PS) leis sobre a Defesa Nacional, as Forças Armadas, o Tribunal Constitucional que se forem aprovadas e promulgadas darão à «AD» novos e importantes instrumentos para a realização do seu plano.

Finalmente, a «AD» prepara-se para exercer as novas competências atribuídas pela lei da revisão ao Governo e à Assembleia da República e por essa via tomar conta do essencial do poder político e do controlo, direcção e comando das Forças Armadas que seriam governamentalizadas e partidárias.

O Comité Central, que oportuna e insistentemente denunciou a aliança de Mário Soares com a «AD», confirma os perigos que resultam para a democracia do avanço do plano golpista, tendo como eixo a revisão da Constituição.

O Comité Central conclui que são cada vez mais urgentes medidas para impedir que esse plano seja levado a cabo.

2. Agravamento catastrófico dos problemas nacionais: urgente o afastamento da «AD»

O agravamento catastrófico de todos os grandes problemas nacionais é outro aspecto central da situação presente.

Com uma política submetida ao objectivo de restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, a «AD» prossegue a sua obra de destruição.

Sob a gestão «AD» empresas e sectores nacionalizados são sabotados, desmantelados, roubados dos seus bens. Prosseguem os golpes na Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios. Verifica-se a estagnação ou retrocesso da produção, o agravamento dos problemas regionais e locais e a subida dos défices externos e da dívida externa a níveis incompatíveis para o País. As condições de vida da classe operária e da maioria esmagadora da população degradam-se aceleradamente. Degradam-se os valores culturais. As liberdades são limitadas e as acções repressivas aumentam de intensidade. A política externa sacrifica os interesses nacionais aos interesses e objectivos do imperialismo, especialmente os do imperialismo norte-americano.

A análise da situação económica e de todos os outros aspectos da vida nacional confirma o desastre a que a «AD» no Poder conduz o País.

O Comité Central sublinha em consequência a urgência de medidas para lhe pôr cobro prontamente.

3. Força bastante para salvar a democracia

Na base de um atento exame da situação nacional, o Comité Central conclui que continua a ser possível pôr termo à política da «AD» e impedir o golpe de Estado que a «AD» se prepara para concretizar ao abrigo da revisão da Constituição.

O agravamento de todos os problemas nacionais e das condições de vida do povo e do desmascaramento do plano do golpe reduzem consideravelmente a base de apoio social, político e eleitoral da «AD» e alargaram a base de apoio da democracia.

As grandiosas lutas da classe operária e das massas populares no decurso do ano corrente contra a política da «AD» abalaram profundamente as posições reaccionárias, atraíram os mais diversos sectores sociais enganados e hesitantes e demonstraram a generalização do descontentamento e da exigência de uma solução democrática. A correlação global de forças actuais e potenciais (nas instituições, nas Forças Armadas, no aparelho do Estado, nos planos político, social e mesmo eleitoral) é desfavorável à reacção e favorável à democracia.

No momento presente a principal força da «AD» advém de estar no Governo e de dispor de maioria na Assembleia da República, e de, em consequência, exercer os poderes que são inerentes a esses dois órgãos de soberania, dominar grande parte do aparelho de Estado e dos órgãos de decisão da vida económica e monopolizar os meios de comunicação social.

O Comité Central insiste em que a democracia continua a ter mais força que a reacção e está por isso em condições de defender-se e assegurar a sua própria continuidade.

4. Objectivo central imediato: impedir o golpe de Estado

Na situação que se atravessa, o objectivo político central de todos os democratas portugueses é impedir que o golpe de Estado da «AD» se concretize pondo em execução as novas competências que a lei da revisão da Constituição atribui ao Governo e à Assembleia da República.

Neste quadro, se a Assembleia não for imediatamente dissolvida, impõe-se também, nas semanas próximas, combater a tentativa da «AD» para fazer aprovar pela Assembleia da República leis sobre a Defesa Nacional, as Forças Armadas e o Tribunal Constitucional no seguimento da lei de revisão, que ainda não está em vigor, nem sequer promulgada, o que viola elementares princípios gerais do Direito e constituiria um novo passo no processo golpista.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que, desde que o Governo «AD» seja demitido e a Assembleia da República dissolvida, a «AD» não terá quaisquer possibilidades reais de se opor com êxito a tais medidas e ficará impossibilitada de utilizar tais competências, pelo que cairá por terra todo o seu plano.

Assim, após a revisão da Constituição (sendo promulgada a lei da revisão) ainda mais actualidade e urgência têm as 4 medidas (que se complementam reciprocamente) que de há muito o PCP propõe: a demissão do Governo «AD», a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure o carácter democrático das eleições e a realização de eleições para a Assembleia da República no prazo constitucional de 90 dias.

Vivemos um momento decisivo na vida portuguesa, com profundas consequências para o bem-estar do povo, o futuro da democracia e de Portugal.

O Povo português julgará politicamente as forças políticas e os homens pela atitude que tomarem nesta situação.

Cada qual assuma as suas responsabilidades. O PCP assume as suas próprias, lutando firmemente com a classe operária e as massas trabalhadoras, pelo afastamento da «AD» do Poder, em defesa do Portugal de Abril.

5. Ilegalidade «AD» e legalidade democrática

Na luta que se tem travado nos últimos anos, tem sido sempre evidenciado o contraste entre a sistemática acção inconstitucional, ilegal, subversiva e desestabilizadora da «AD» e o desenvolvimento no quadro da Constituição e da legalidade democrática, das lutas dos trabalhadores, do povo, dos democratas portugueses.

Este contraste continua a verificar-se na situação presente e é previsível que continuará a verificar-se no futuro, mesmo sendo promulgada e entrando em vigor a lei da revisão.

Dada a luta das massas e a resistência que as alianças de Mário Soares com a «AD» provocaram no seio do PS, a «AD» não conseguiu eliminar da Constituição os preceitos relativos à organização económica e às liberdades e direitos dos cidadãos, o que indica que a Constituição continua a oferecer um quadro muito amplo para a luta do povo.

Entretanto, a «AD» desde já anuncia uma série de leis e de medidas contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores, que violam abertamente a Constituição, mesmo depois de alterada pela lei de revisão «AD»/PS, desrespeitando frontalmente o Estado de direito que tanto apregoa defender.

A complexidade da situação é propícia ao aparecimento de ideias oportunistas de direita e esquerdistas. Por um lado, contrariando o esquadismo verbal, é necessário continuar a luta no quadro da legalidade democrática e em sua defesa e contra a acção e os planos inconstitucionais, ilegais e golpistas das forças reaccionárias.

Por outro lado, contrariando o oportunismo de direita, é necessário sublinhar que a legalidade da acção não significa aceitação passiva das acções ilegais, mesmo que estas partam do próprio Governo. No quadro constitucional e legal, é necessário continuar a luta pela anulação e rectificação de todas as leis e medidas inconstitucionais, ilegais e antidemocráticas, incluindo a luta contra as alterações inconstitucionais introduzidas na Constituição pela lei da revisão agora aprovada na Assembleia da República.

6. Luta de massas em todas as direcções

As lutas de massas, defendendo o palmo a palmo todas as conquistas do 25 de Abril, têm tido e continuam a ter importância essencial, na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do País, do regime democrático.

Se não fossem as lutas de massas, a contra-revolução não encontraria pela frente resistência e a situação seria extraordinariamente mais grave, as condições de vida seriam ainda mais penosas, as conquistas da Revolução estariam já destruídas e a democracia teria já sido liquidada.

As lutas de massas têm sido o principal e mais eficaz obstáculo ao avanço da contra-revolução.

Apesar de não terem sido ainda atingidos os objectivos políticos centrais da luta popular, foram alcançadas importantes vitórias parciais. O movimento operário e popular mantém-se poderoso, unido, vivo e actante.

Impõe-se, na situação actual, organizar, alargar e intensificar a luta de massas em todas as direcções: luta económica, social, política e cultural.

O Comité Central sublinha que, apesar de deverem continuar no primeiro plano os objectivos políticos centrais da hora presente, têm particular importância, para a defesa dos interesses do povo e para a mobilização de massas, os objectivos parciais concretos imediatos e a sua ligação às tarefas políticas centrais.

7. Alargar, dinamizar, unificar as forças políticas e sociais da democracia

Para o desenvolvimento e o sucesso da luta operária, popular e democrática, é essencial alargar, dinamizar e unificar as forças políticas e sociais da democracia.

Iso diz respeito à acção nos órgãos de soberania e junto deles, às instituições em geral, ao Poder Local, às formações partidárias, às organizações e movimentos unitários de massas, às cooperativas e outras organizações económicas cujos interesses colidam com a política da «AD» e a toda a massa de portugueses e portuguesas não organizados nem integrados em organizações e movimentos, mas que entretanto estão com a democracia.

No que respeita aos partidos, o Comité Central salienta a necessidade de aprofundar a aliança e a cooperação com o MDP, com democratas independentes, dos sectores mais variados, com socialistas que se pronunciam contra a aliança do PS com a «AD» e pela unidade dos democratas.

Quanto ao PS, toda a evolução da situação política nos últimos anos e a situação presente mostram que Mário Soares e outros dirigentes do seu grupo, aliando-se à reacção em momentos e em questões capitais, como sucede agora na revisão da Constituição, colocam-se abertamente contra o regime democrático. Com a direcção actual e com a actual orientação oficial, pode contar-se com socialistas mas não se pode contar com o PS para a defesa da democracia.

O descrédito da «AD» e do PS deixou vazio um vasto campo social e político que o PCP poderá em parte ocupar mas que no geral não se reconhece em nenhum dos partidos existentes.

Isto significa que o quadro dos partidos políticos existentes deixou de corresponder às aspirações e opções de uma grande massa de portugueses e que existem condições objectivas para a formação de novos partidos democráticos.

O Comité Central insiste em apelar para o reforço da unidade de todos os democratas e patriotas na luta para correr com a «AD» do Poder e impedir que se concretize o golpe de Estado.

O Comité Central sublinha que, a par do reforço da unidade dos democratas no plano directamente político, tem importância transcendente o alargamento da influência, a dinamização, a conjugação e a confluência de acção das organizações e movimentos unitários de massas, designadamente do movimento sindical, das comissões de trabalhadores e outros organismos populares de base, do movimento camponês com as suas diversificadas organizações, do movimento das mulheres, do movimento da juventude, dos movimentos de intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, das mais diversas associações e colectividões, das cooperativas e outras organizações económicas.

O desenvolvimento do movimento pela paz tem também flagrante actualidade, dado o agravamento da situação internacional e a subserviência do Governo «AD» ao imperialismo norte-americano, com todas as nocivas incidências na situação interna portuguesa.

O Comité Central insiste em que a luta de massas (assente em forte organização e sólida unidade) é o caminho que se apresenta ao Povo português para a defesa dos seus interesses vitais e do regime democrático, para correr com a «AD» do Poder, impedir que se concretize o golpe de Estado e impor finalmente uma saída democrática para a situação actual.

8. Preparar as eleições para as autarquias

As próximas eleições para as autarquias, que devem ter lugar em Novembro ou Dezembro, constituem uma grande batalha política com profundas repercussões tanto para o Poder Local democrático, como para a evolução da situação política geral e para o futuro do regime democrático.

O quadro político em que virão a ser realizadas poderá sofrer alterações profundas em virtude de outros acontecimentos políticos mas, em qualquer caso, as eleições para as autarquias constituem um acontecimento de primeiro plano na situação nacional.

A lei «AD» para as eleições autárquicas (aprovada na Assembleia da República com a abstenção do PS) contém vários preceitos inconstitucionais que subverteriam a democraticidade das eleições. A lei foi votada pelo Presidente da República. Agora só com os votos do PS a «AD» conseguirá os dois terços necessários para fazer passar a lei. Há que lutar para que as eleições se realizem com a lei actualmente em vigor e com respeito real pelos princípios democráticos. Há que desmascarar o conjunto de acções e operações de demagogia eleitoralista que o Governo já está a desenvolver. Há que lutar pela demissão do Governo «AD» como condição essencial para garantir a democraticidade das eleições.

O Comité Central examinou as datas em que previsivelmente podem realizar-se as eleições, os prazos daí decorrentes para as várias operações do processo eleitoral e estabeleceu, em alternativa, os calendários de acção correspondentes.

O Comité Central coloca a necessidade de, por parte do Partido e sem esperar a marcação da data das eleições, se intensificarem rapidamente todos os trabalhos preparatórios, particularmente a elaboração das listas.

O Comité Central salienta a importância da participação nas listas não só de membros do PCP e do MDP, mas de democratas independentes e de socialistas, como se está verificando.

O Comité Central lembra a recusa completa por parte da direcção do PS de examinar qualquer possibilidade de acordo com o PCP para as eleições nas autarquias, a nível nacional, regional ou local, o que daria a possibilidade de derrotar a «AD» em numerosas autarquias. Salienta que o PS não é qualquer alternativa para a gestão autárquica da «AD». Desmascara desde já possíveis acordos sem princípios do PS com a «AD», sobretudo onde a APU tem maioria. E proclama que a única verdadeira alternativa nacional para a gestão reaccionária da «AD» é a gestão democrática da APU.

Insistindo na necessidade de aumentar o número de órgãos em que a APU vai concorrer, o Comité Central coloca ante todas as organizações e militantes os seguintes objectivos eleitorais: a) Manter e reforçar nas Câmaras e Juntas a maioria APU onde ela exista; b) Aumentar o número de Câmaras e Juntas de Presidência e de maioria APU; c) Aumentar o número de votos e de mandatos da APU.

Dois objectivos políticos fundamentais devem ser alcançados nas eleições:

Por um lado, combater a gestão antidemocrática e corrupta da «AD» e confirmar e reforçar o Poder Local democrático em geral e a gestão democrática nas autarquias ao serviço das populações.

Por outro lado, contribuir para a defesa e reforço do regime democrático.

Estes resultados estão ao alcance dos democratas.

9. Dar prioridade às tarefas dos tempos próximos

Dado o carácter decisivo para a solução dos problemas nacionais e para o futuro da democracia da evolução da situação política nos meses próximos, o Comité Central considera que os mais diversos aspectos da actividade do Partido, embora mantendo-se num nível adequado, devem estar subordinados às tarefas imediatas atrás indicadas às quais se deve dar prioridade.

O Comité Central sublinha que, na actividade geral devem estar sempre presentes as preocupações do reforço orgânico e de quadros do Partido, assim como o aperfeiçoamento dos métodos e estilo de trabalho do Partido.

A ligação estreita e constante com a classe operária e as massas populares e o constante esforço para conseguir e alargar a unidade de democratas e patriotas são condições basilares para o sucesso da luta.

Chamando a atenção para os perigos da situação presente, o Comité Central insiste ao mesmo tempo na possibilidade e na perspectiva de afastar esses perigos, correr com a «AD» do Poder, assegurar a defesa e o prosseguimento do regime democrático, e conseguir finalmente a formação de um governo democrático com uma política democrática.

A luta continua. Portugal de Abril vencerá.

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Delegação do Partido Comunista Grego dirigida pelo secretário-geral camarada Harilao Florakis visita Portugal a convite do PCP e participa, na próxima sexta-feira, às 21 horas, num comício de amizade no Seixal - Pavilhão da Siderurgia em que falarão os camaradas H. Florakis e Álvaro Cunhal

Suplemento /

21 192\$00
só para alimentação!

Um inquérito do "Avante!" sobre quanto custa comer no Portugal desgobernado pela "AD" - Págs. 7, 8 e 9



"Quiseram lixar as UCP's e mandaram a gente para a frente; agora somos nós, os pequenos agricultores, que estamos a amargar; aquela gente quer é tramar a vida ao pequeno, e pena é que o pequeno demore tanto tempo a perceber isto..."

Reportagem em Viana do Alentejo com pequenos agricultores a quem o MAP distribuiu terras... que agora lhes voltou a roubar! - Págs. 4/5

SEMANA

1
Quarta-feira

Os trabalhadores da Setenave comemoram o 7.º aniversário da nacionalização da empresa. Na sessão realizada José Luís Judas, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IL, revelou que no próximo plenário dos sindicatos será defendida a intensificação da luta dos trabalhadores ■ As organizações sindicais do sector metalúrgico e metalomecânico anunciam uma greve para a próxima quarta-feira como forma de lutar pelas reivindicações no respeitante à revisão do CCTV ■ A GNR de Torre D. Chama captura três incendiários confesos que foram entregues ao tribunal de Bragança ■ O Sindicato Livre dos Pescadores das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria reivindicam o pagamento pelos armadores de 50 por cento do subsídio de gasóleo que lhes é atribuído pelo executivo daquela Região Autónoma ■ O porta-voz do Conselho da Revolução, Vítor Alves, realma que as conclusões do relatório sobre os incidentes do 1.º de Maio no Porto devem ser divulgadas na íntegra ■ O Presidente da República, na sequência das audiências que tem vindo a conceder aos partidos políticos representados na Assembleia da República, recebe o PPM e a UEDS ■ Um relatório elaborado pela CIA reconhece o fracasso das sanções impostas pelo governo norte-americano à construção do gasoduto euro-soviético.

2
Quinta-feira

Com 48 horas de antecedência o Governo "AD" organiza em S. Bento uma cerimónia comemorativa do primeiro aniversário da tomada de posse ■ É anunciada uma greve na EDP para o próximo dia 14. A luta tem em vista defender a empresa do desmembramento que o Governo pretende ■ A direcção da ANP-Agência Notícias de Portugal decide "iniciar imediatamente a contratação do pessoal para os quadros da agência". Entretanto, ainda não foi publicado pelo Governo o decreto que determina a extinção da ANOP ■ O Presidente da República recebe delegações da ASDI, MDP e UDP no prosseguimento das audiências com partidos representados na Assembleia da República ■ O general Tomé Pinto, comandante-geral da GNR, empossa o comandante do Batalhão n.º 4, coronel José Carlos Moreira Campos ■ Mota Amaral, presidente do Governo Regional dos Açores, considera esta região como "um ponto nevralgico nas relações Europa-América" ■ Gaston Thorn, presidente da Comissão Europeia, afirma que as tensões entre a CEE e os EUA, nomeadamente por causa das sanções a propósito do gasoduto soviético, atingiram um "nível perigoso" ■ O presidente mexicano, Lopez Portillo, acusa a banca privada de "ter fomentado a especulação e a fuga de capitais do país", o que obrigou à sua nacionalização.

3
Sexta-feira

Em Évora, realiza-se um comício de amizade PCP-PAIGC, com a presença de Álvaro Cunhal e Vasco Cabral ■ Segundo uma advertência da Associação dos Inquilinos Lisboenses e do Movimento dos Pequenos e Médicos Comerciantes os diplomas englobados no chamado "pacote de habitação" poderão provocar aumentos de rendas nos estabelecimentos comerciais e industriais até quatro mil por cento ■ Começa em Braga a Festa da Alegria, promovida pela organização local do PCP, e que pela quinta vez consecutiva se realiza ■ A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte manifesta-se contra o aumento de preços dos adubos, considerando que tal medida arruina a lavoura e prejudica a economia nacional ■ Trabalhadores do Hotel Baia manifestam-se frente à Presidência do Conselho de Ministros ■ Um decreto-lei autoriza Portugal a contrair um empréstimo de cinco mil milhões de ienes ■ A habitual reunião semanal do Presidente da República com o Primeiro-Ministro não se realizou ■ A cotação do ouro regista subidas espectaculares nos mercados europeus em reacção ao relatório do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) tomado público ■

4
Sábado

No decorrer da Festa da Alegria, em Braga, Álvaro Cunhal participa num comício salientando que os comunistas "respeitam escrupulosamente as crenças religiosas e a prática do culto" ■ Por seu turno, numa entrevista à RDP, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, referiu que se a APU e o PS se unissem nas próximas eleições autárquicas ganhariam 44 câmaras aos partidos da "AD" ■ Um Centro de Saúde é inaugurado em Apelação, concelho de Loures, no que é considerado uma nova modalidade de saúde pública em Portugal ■ João Salgueiro, ministro das Finanças, chefia uma delegação que se encontra no Canadá tendo em vista negociações com o FMI e o Banco Mundial ■ Morre Francisco Ramos da Costa, um dos fundadores do Partido Socialista ■ Em Lusaka reúnem-se os chefes de Estado de seis países da Linha da Frente para debaterem a independência da Namíbia ■ Morre assassinado, na Itália, o general Dalla Chiesa, encarregado do combate à Mafia ■ Michael Foot, dirigente do Partido Trabalhista inglês, manifesta-se contra a instalação de mísseis americanos no solo britânico ■ O ministério espanhol da Defesa indeferiu o pedido do tenente-coronel Tejero para passar à reserva com vista a candidatar-se a deputado pela extrema-direita ■ A Itália é o terceiro país europeu a desafiar o embargo norte-americano ao gasoduto soviético, enviando para a URSS material já encomendado.

5
Domingo

Num comício realizado na Amadora, Dias Lourenço salienta que "a AD treme de medo pela possibilidade do PR demitir o Governo" ■ O patronato da hotelaria algarvia manifesta-se pronto a negociar a tabela salarial exigida pelos trabalhadores ■ O Presidente da República visita o concelho de Campo Maior mas recusa fazer declarações políticas ■ Na Grã-Bretanha os sindicatos mobilizam-se para uma greve geral a realizar no próximo dia 22 de Setembro e que será a primeira depois de 1926 ■ Forças políticas do Norte do Líbano declaram não reconhecer legitimidade ao chefe das milícias fascistas para ocupar a presidência do país.

6
Segunda-feira

Reúne-se o plenário do Comité Central do PCP ■ No Metropolitano de Lisboa começam a funcionar máquinas automáticas para venda de bilhetes ■ A Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas acusa o Governo de estar a preparar a entrega da exploração das estas aos grandes armadores e comerciantes ■ Trabalhadores agrícolas de Vila Real e Bragança reivindicam salários mais justos ■ Em Vila Nova de Cerveira, o Primeiro-Ministro reafirma a intenção de acabar com a ANOP. É aliás manifesto o interesse do Governo em ter a funcionar a nova agência noticiosa antes das próximas eleições autárquicas ■ Terroristas assaltam e ocupam a embaixada da Polónia em Berna ■ Na Turquia, um recenseamento forçado obrigou toda a gente a permanecer em casa ■ A OPEP recomenda um aumento do preço do petróleo ■ Yasser Arafat participa em Fez (Marrocos) na reunião cimeira da Liga Árabe que vai apreciar a situação no Líbano e a questão palestina resultante da invasão daquele país pelas forças de Israel.

7
Terça-feira

Termina a reunião do Comité Central do PCP ■ A Imprensa noticia que o Presidente da República mandou entregar no dia anterior à Assembleia da República o veto à Lei Eleitoral para as autarquias elaborada pela "AD" ■ Em Viana do Castelo e porque se aproximam as eleições autárquicas, o ministro Viana Baptista promete a construção de uma ponte sobre o rio Lima para 1984 ■ Trabalhadores da Cometna paralisam exigindo a anulação de quatro suspensões e a imediata demissão da administração ■ Por unanimidade os trabalhadores da ANOP reunidos em plenário reafirmam a sua oposição a todos os processos conducentes à perda de postos de trabalho ■ No CEMGFA é entregue o projecto de lei da Defesa Nacional elaborado por Freitas do Amaral ■ O papa João Paulo II decide adiar a sua visita a Espanha face à coincidência com as eleições legislativas recentemente marcadas pelo partido governamental ■

Editorial

PERIGOS, PERSPECTIVAS E TAREFAS

Sob a dinâmica de uma situação extremamente complexa é inevitável que os acontecimentos nacionais ganhem velocidade e que as alterações de conjuntura se sucedam a uma cadência anormal e brusca.

Conhecer as características da situação, saber onde estamos e para onde vamos é uma questão imperiosa e vital para o Povo português e para o regime democrático.

O Governo "AD"/Balsemão/Freitas conduziu Portugal para a beira do desastre e sérios perigos se perfilam no horizonte.

Entretanto, cair no abismo não é inevitável. É dever nacional e está nas mãos dos portugueses impor uma mudança de rumo. Impedir a queda no despenhadeiro, abrir o caminho à solução dos agudos problemas criados ao País pela ruínosa governação "AD", salvar das investidas reacções o património libertador do 25 de Abril e o regime democrático.

Nos dois primeiros dias da semana o Comité Central do PCP reuniu-se e examinou a situação nacional à luz da revisão Inconstitucional da Constituição, votada na Assembleia da República pelo vergonhoso conluio de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS com a coligação reacçãoária governante; definiu o traço característico fundamental da situação actual; denunciou perigos, apontou perspectivas, enunciou tarefas imediatas que a situação política criada põe na ordem do dia.

No decurso destes últimos dias dois factos positivos, de importância diferente mas um dos quais relevante, se produziram, ambos susceptíveis, em escala diversa, de influenciarem a evolução dos acontecimentos imediatos e o curso das grandes batalhas políticas que se avizinharam neste final de 1982.

Referimo-nos aos vetos presidenciais da lei eleitoral das autarquias — que havia sido votada pela maioria "AD" na AR com os votos contra do PCP e a abstenção significativa do PS — e da data de 5 de Dezembro marcada pelo Governo Balsemão para as eleições autárquicas.

Uma grande movimentação e manobras parlamentares de bastidores, são de prever — a lei agora vetada pelo Presidente Eanes poderá vir a ser reexaminada na AR e passar em definitivo se desta vez obtiver o voto cúmplice do PS.

Na segunda metade deste mês, antes ainda de promulgada e entrada em vigor da lei de revisão, prevê-se a discussão e votação das chamadas "leis complementares" da lei de revisão constitucional para a criação dos órgãos de substituição do Conselho da Revolução, designadamente do Conselho de Estado, do Tribunal Constitucional e do Conselho Superior da Defesa Nacional feridos à nascença de inconstitucionalidade e verdadeiros abortos do "Estado de direito". Prevê-se também ainda a votação de leis sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas. Perigos sérios para o regime democrático poderão adensar-se depois deste primeiro grave sucesso das forças reacçãoárias.

O prosseguimento do plano subversivo da "AD" contra o regime democrático pela via da revisão inconstitucional da Constituição é já uma realidade sobejamente verificada na acção do Executivo, na repressão do movimento operário e popular e nos projectos legislativos da "AD" já conhecidos.

A ofensiva de estrangulamento e reprivatização do sector público e nacionalizado — que não foi possível inscrever no articulado da lei de revisão inconstitucional da Constituição — prossegue em vários planos. O desmantelamento da Sociedade Nacional de Pescas, os projectos de desarticulação da EDP, de desnacionalização da banca, da CTM, da Siderurgia, da Setenave, da Rodoviária, a destruição da ANOP, a entrega dos sectores rentáveis de actividade da

RTP a empresas privadas, a reprivatização da Rádio Comercial, etc., entre outras, acções abertamente integradas nessa ofensiva golpista!

Na zona da Reforma Agrária, a revisão "AD"/PS/Mário Soares da Constituição, abriu a porta ao recrudescimento de uma nova ofensiva contra as UCP's que ainda resistem.

Mesmo nas terras roubadas à Reforma Agrária e nas grandes explorações agrícolas nacionalizadas e "doadas" em parcelas a "seareiros e pequenos agricultores" e a "jovens agricultores", estala o verniz da demagogia da "AD" com a expulsão destes "beneficiários" e a restituição das terras aos grandes agrários expropriados.

Em Viana do Alentejo, a família dos Sousa Cabrais detêm agora pela expulsão de mais de 10 agricultores mais de 2000 hectares; em Montemor, vastas "reservas" foram atribuídas à família Infante da Câmara, já detentora de mais de 1000 hectares da Lezíria de Vila Franca e em Santarém; a UCP Flor do Alentejo, de S. Miguel de Machede vai ficar destruída com o roubo de 500 hectares de terras sob a forma de reservas atribuídas à família de latifundiários Alves de Noronha; na Herdade de Palma e noutras iniciou-se um novo assalto às "reservas" pelos latifundiários "que se sintam prejudicados pela Reforma Agrária", segundo o apelo do MACP; os Posser de Andrade já recuperaram quase tudo. No distrito de Portalegre a GNR e os cães voltaram a ser utilizados na obra de destruição das UCP's. A revisão da celerada lei Barreto, já insuficiente para levar a cabo a total destruição da Reforma Agrária, foi anunciada para breve pelo ministro e grande proprietário Basílio Horta.

Ao mesmo tempo a ofensiva contra os pequenos e médios agricultores prossegue em várias frentes, no plano económico, no plano legislativo, na repressão.

O ministro anunciou há poucas semanas o seu famigerado "Plano de Salvação da Agricultura" mas a primeira medida foi o aumento de 45% do preço dos adubos (que num ano subiu de 100%) e o não pagamento de subsídios do gasóleo que também num ano subiu 5 vezes numa escala de 137%.

Na forja a "AD" tem já uma nova lei leonina do Arrendamento Rural, outra de reposição da estafada lei fascista do emparcelamento rural e novas medidas contra a gestão democrática dos baldios.

A destruição da Reforma Agrária, gorada na revisão inconstitucional da Constituição, prossegue como prática política do Governo "AD".

Contra a classe operária, contra a segurança no trabalho, contra os direitos e liberdades dos trabalhadores a repressão patronal e estatal assume as formas mais odiosas.

Aumentam os despedimentos, novas empresas estrangeiras em Portugal não conhecem outras formas de recrutamento se não os contratos a prazo, gorilas organizados na base da Associação de Comandos e da extinta PIDE/DS tentam instaurar o terror nas empresas. Em particular a repressão desencadeia-se contra os activistas do movimento sindical.

No Hotel Baia, na Cometna, na Cabos Ávila, na Cel-Cat, exemplos da repressão contra os trabalhadores provocam a indignação e o protesto de largas massas de operários.

A greve de 3 horas na Cometna na terça-feira e a de 150 mil metalúrgicos de ontem, assim como numerosas concentrações de trabalhadores em empresas várias, exprimem a disposição de luta, a unidade, o repúdio e a firme resposta da classe operária à ofensiva reacçãoária do grande patronato e do Governo.

O prosseguimento da ofensiva golpista da "AD" apontado pelo CC do PCP como traço característico na situação actual é largamente ilustrado pela prática política do Governo "AD"/Balsemão/Freitas.

Os aumentos da electricidade no Porto são injustos e não são inevitáveis

— afirma a DORP em comunicado

Contra os novos aumentos das tarifas da electricidade na região do Porto — que a «AD» pode tentar aplicar já em Setembro —, por uma política de defesa do nível de vida da população, de defesa do Poder Local e de defesa da EDP, empresa pública que o Governo tenta destruir para justificar a reprivatização dos seus sectores lucrativos, a DORP do PCP divulgou na passada segunda-feira um comunicado que passamos a transcrever. É um alerta à vigilância e à luta da população da região do Porto, e um apelo aos eleitos nas autarquias para que defendam com honradez os interesses daqueles que os elegeram.

A DORP começa por reafirmar a sua posição firme, clara e fundamentada de repúdio pelos brutais e insuportáveis aumentos das tarifas da electricidade que o Governo «AD» e as câmaras «AD»/PS têm pretendido impor nos concelhos da região do Porto.

Estes aumentos das tarifas da electricidade para a região do Porto, como os aumentos que têm existido nas tarifas da electricidade em todo o País, não podem ser dissociados entre si, nem de todos os aumentos que sucessiva e sistematicamente têm vindo a agravar as já degradadas condições de vida da população, dos trabalhadores e do Povo português.

Estes aumentos, que limitam

e impedem cada vez mais o acesso de largas camadas da população a produtos e serviços de primeira necessidade — alimentação, habitação, saúde, transportes, etc. —, são o resultado da política do Governo «AD».

Em todo o país o aumento do custo de vida, a agudização de todos os problemas e carências sociais, toda a política do Governo «AD», tem merecido a mais firme e combativa oposição por parte dos trabalhadores e do Povo português em geral, que tem travado em todos os locais uma intensa e massiva luta pela demissão do Governo, pela convocação de eleições antecipadas, reclamando que o Povo português intervenha com a sua

opinião e o seu voto para definir uma nova política».

Aumentos ruinosos para o povo do Porto

«Os eleitos comunistas — prossegue o comunicado — têm estado desde a primeira hora ao lado das populações na luta contra o aumento das tarifas na região do Porto, posição que manterão com firmeza, certos e conscientes que as abtaurquias foram eleitas pelas populações para defenderem intransigentemente os seus interesses e não para serem mero instrumento de transmissão da política anti-popular, de submissão ao imperialismo e aos interesses dos grandes grupos económicos, contrária às nacionalizações, praticada pelo Governo.

A DORP do PCP reafirma que tais aumentos de electricidade são socialmente injustos e não são nem indispensáveis nem inevitáveis e insiste que não pode ser ignorada a situação especial da região do Porto, onde ao longo dos anos foi incentivado oficialmente o consumo, o que se traduziu no quase exclusivo recurso à electricidade

de como fonte de energia doméstica — o consumo de electricidade na cidade do Porto, por exemplo, é superior três vezes ao consumo de Lisboa e superior quatro vezes ao de todas as capitais de distrito juntas exceptuando Lisboa.

O Povo português não pode aceitar uma pretensão política de «economizar e racionalizar os consumos de energia em geral, sobretudo pela via dos preços», nem pode pagar os efeitos de desequilíbrios económicos e financeiros da EDP, da inteira responsabilidade do governo, originados pela ausência ou insuficiência de medidas para enfrentar a crise energética, pelo aumento das taxas de juro, pela obrigatoriedade de recurso ao crédito externo, pela desvalorização do escudo, pelo ataque às nacionalizações e pela submissão aos interesses do imperialismo, tal como o PCP tem insistentemente denunciado.

Defender uma tarifa especial para o Porto é justo

«A DORP do PCP saúda calorosamente a luta dos moradores e da população dos concelhos da região do Porto, que com a sua vontade determinada e a sua presença junto das câmaras e assembleias municipais, tem denunciado à injustiça de tais aumentos, desmascarando os falsos argumentos invocados pela «AD»/PS para agravarem o seu já precário e baixíssimo nível de vida.

O Governo «AD», contando para isso com o apoio dos vendedores «AD» e de socialistas nas Câmaras, insiste em fazer cumprir a tarifa única, que o próprio Governo prevê que ultrapasse em breve os 4570. O decreto-lei que recentemente foi aprovado, procurando levar as câmaras a concretizar pequenos aumentos em Setembro e depois, em Janeiro de 83, após as eleições, aumentos brutais até à uniformização, é bem claro

É contudo, no plano da revisão inconstitucional da Constituição que o golpismo da «AD», com a vergonhosa cumplicidade de Mário Soares e do seu grupo à frente do PS, assume as formas mais perigosas de imediato para o regime democrático.

As forças reacçãoárias que hipocritamente proclamam a legalidade do «Estado de direito» estão em vias de cometer, com a cumplicidade traidora de Mário Soares e do seu grupo, a mais grosseira violação à legalidade democrática e à Constituição da República.

Os «juristas» que se prestarem a sancionar com o seu voto na AR esta grosseira infracção à legalidade dariam dos seus conceitos jurídicos uma degradante imagem.

Vão os deputados do PS prestar-se a esta nova maquinaria antidemocrática fornecendo a cobertura do voto que a «AD» precisa para completar o seu golpe de subversão do sistema de poderes?

A extinção de poderes presidenciais em matéria militar e da responsabilidade política do Governo perante o PR, a extinção do CR e a passagem das suas funções constitucionais para organismos de maioria «AD», foram congeminações para concentrar nas mãos do Governo Balsemão e pessoalmente nas de Freitas do Amaral instrumentos decisivos para levar a cabo o golpe subversivo da reacção contra a democracia.

Mesmo ao mesmo tempo que a «AD» com a cumplicidade traidora de Mário Soares e do seu grupo se prepara para subverter totalmente a seu favor o sistema de poderes, os instrumentos que forjaram podem deitar por terra os projectos golpistas da reacção.

O que salu do conluio entre a «AD» e Mário Soares foi uma autêntica faca de dois gumes que pode ser usada contra as forças reacçãoárias se alterações fundamentais de política e de Governo forem promovidas a curto prazo.

É neste quadro que as medidas de há muito enunciadas pelo PCP assumem toda a sua importância e flagrante oportunidade.

O documento saído da Reunião do CC do PCP — que publicamos na íntegra — põe o acento nesta possibilidade quando diz que «após a revisão constitucional (sendo promulgada a lei da revisão) ainda mais actualidade e urgência têm as 4 medidas (que se complementam reciprocamente) que de há muito o PCP propõe: a demissão do Governo «AD», a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure o carácter democrático das eleições para a AR no prazo constitucional de 90 dias».

O documento do CC alerta contra as ideias oportunistas de direita e esquerdistas no comportamento das forças democráticas perante as novas condições criadas pela revisão inconstitucional da Constituição.

O movimento popular, a luta de massas em todas as frentes, a luta pela legalidade democrática contra a «legalidade» — colete-de-forças da «AD», a necessária e pertinente intervenção política dos órgãos de soberania não dominados pela «AD», são formas privilegiadas para derrotar o plano golpista da reacção, defender o regime democrático, assegurar a defesa das conquistas de Abril.

A discussão do documento do CC armará todo o Partido e representa uma contribuição válida para a intensificação da mobilização e unidade de todos os democratas e patriotas que querem barrar o caminho do regresso ao passado, derrotar a ofensiva reacçãoária, restabelecer as posições conquistadas pelo Povo português.

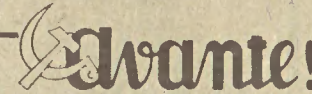
As próximas eleições para as autarquias locais serão uma importante batalha política imediata cuja vitória está ao alcance das forças democráticas.

energia eléctrica em baixa tensão» o Governo prepara-se para, nas autarquias que domina, não realizar a integração dos serviços de distribuição na EDP, retirá-los à EDP nos casos em que já foram integrados e passá-los para «empresas públicas» regionais, ou pretensas «associações de municípios» em íntima cooperação com o capital privado. O Povo português suportaria as despesas de produção e transporte da electricidade e o grande capital recolharia chorudos lucros com a distribuição.

A pretexto de «defender a EDP» o Governo «AD» quer obrigar as Câmaras a pagar as dívidas (dívidas que não podem ser aceites como tais porque resultam de aumentos desnecessários e injustos decididos por um Governo submisso aos interesses do imperialismo, representados pelo FMI, e que as câmaras há que justamente não fizeram repercutir nos consumidores) impondo condições de pagamento que sabe antecipadamente serem impraticáveis e paralisadoras da vida e actual

ção futura das autarquias, procurando assim levá-las a vender o seu património. Os interesses das autarquias e da EDP, do Poder Local e da empresa pública de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica são coincidentes, como o são os interesses da população da região do Porto e dos trabalhadores da EDP.

A DORP do PCP alerta para a ofensiva global que a AD está a procurar levar a cabo no sector, alerta para a necessidade de uma grande vigilância em relação à tentativa de aplicar já em Setembro novos aumentos tarifários, em conluio com elementos da «AD» e do PS nas câmaras, e afirma que só a luta em comum das populações, dos trabalhadores da EDP, dos vereadores dispostos a defender o Portugal de Abril, e a demissão imediata do governo «AD» podem impedir tal ofensiva».



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 683908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 25 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 779836/777950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Vende Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Henska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/62

Tiragem média do mês de Agosto: 42 050

PCP



Nas fotos dois momentos da inauguração da Exposição dos 60 Anos de Vida do PCP em Sófia, na RP da Bulgária, a que estiveram presentes dirigentes do PCB e PCP

Exposição dos 60 anos da vida do PCP inaugurada em Sófia

Depois de Iudapeste e de Moscovo, a Exposição dos 60 anos da vida do PCP encontra-se agora em Sófia, capital da República Popular da Bulgária. Inaugurado no passado dia 3, no Palácio da União dos Pintores da Bulgária, estará patente ao público até ao fim do mês.

Entretanto, nas ruas de Sófia, inúmeros "picards" anunciam a exposição e poucos são os locais de maior movimento onde não estão colocados.

O interesse manifestado pelo povo búlgaro pela vida e luta dos comunistas portugueses foi patente tanto no dia da inauguração oficial, com a sala repleta, como nos dias que se seguiram, e que registaram grande afluência desde as 11 horas da manhã até à hora do encerramento, pelas 21.

Por parte dos visitantes é visível o grande interesse pela riqueza documental da Exposição, nomeadamente no que diz respeito aos cidadãos conspirativos durante o período da clandestinidade, às fugas efectuais, os objectos feitos na prisão e as mensagens escritas a partir desta e ainda, e principalmente, a Revolução de Abril.

Profusamente noticiada na imprensa búlgara a Exposição confirma assim o êxito que já obteve tanto em Budapeste como em Moscovo. A exemplo do que sucederá naquelas cidades, foi publicado um programa na língua local, igualmente, todas as legendas das fotos, mapas e outros materiais, tiveram em conta a língua búlgara.

A inauguração

Na inauguração estiveram a camarada Tzola Dragotcheva, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista Búlgaro, Stoian Mikkailov, secretário do CC do PCB e o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Falando sobre o significado da Exposição no seu país, o camarada Stoian Mikkailov começou por afirmar a grande admiração dos comunistas búlgaros pela luta dos comunistas portugueses durante a ditadura fascista, pela forma como souberam organizar a resistência e criar as condições para a revolução antifascista.

Na sua intervenção focou igualmente o papel do PCP na condução do movimento popular, que, juntamente com o MFA, levou a profundas alterações sociais e económicas e a construção de uma nova sociedade.

Por seu turno, o camarada Joaquim Gomes começou por salientar a grande alegria por a Exposição estar patente "na bela cidade de Sófia, capital da Bulgária Socialista, pátria que comemora os seus 1300 anos e que ao movimento re-

volucionário deu filhos tão ilustres como Jorge Dimitrov, cujo centenário estais a comemorar".

Depois de, em traços gerais ter feito a história passada do PCP, o camarada Joaquim Gomes aproveitou para falar dos "anos que nos separam de Abril de 1974".

Neste ponto e salientando que o PCP combate e critica a política de alianças, cedências e traição ao 25 de Abril por parte de Mario Soares, que a recente revisão da Constituição mais uma vez veio confirmar, o camarada Joaquim Gomes falou ainda da difícil situação económico-social que o País atravessa como resultado da política da "AD".

Referiu a seguir que esta política enfrenta "com um poderoso movimento popular de massas", salientando as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio, e ainda a grande concentração frente à Assembleia da República em 15 de Julho.

Por último o dirigente do PCP destacou a importância da luta pela paz, luta que em Portugal conta com um aliado entre a maioria da população. E afirmou:

"O desanuiamento e a cooperação internacionais numa base de igualdade e de respeito mútuo pelos direitos e interesses de cada país, interessam a todos os povos da Terra.

"Por isso mesmo se reforça e amplia a luta, incluindo nos Estados Unidos, para pôr fim à corrida aos armamentos, para se começar a desarmar, em primeiro lugar no sector dos armamentos de destruição massiva."

A terminar, e expressando a certeza de que a Exposição é mais um laço a fortalecer as "fraternais relações de amizade e camaradagem entre os nossos dois partidos e povos", o camarada Joaquim Gomes diria:

"Para nós, comunistas portugueses, cada êxito conseguido por vós, como por todos os povos da comunidade socialista, corresponde a mais uma certeza de que também nós chegaremos ao socialismo e construiremos um futuro de felicidade para todos os portugueses."

A Exposição seguirá no princípio de Outubro para Berlim, capital da República Democrática Alemã.

Glória do Ribatejo vai ter novo CT

No breve espaço de trinta dias, os comunistas de Glória do Ribatejo (Salvateira de Magos) conseguiram recolher a quantia necessária para a compra de uma casa, onde a partir de agora funcionará o novo Centro de Trabalho, propriedade do Partido.

Trata-se de uma velha aspiração dos comunistas desta fre-

guesia que só foi possível concretizar graças às numerosas contribuições de dezenas de simpatizantes e amigos do Partido.

O novo Centro de Trabalho constituirá um valioso incentivo para a dinamização da actividade política do Partido, condição fundamental para melhor defender o Portugal de Abril.

Propaganda

Realiza-se no sábado, às 14 e 30 h, no Centro Vitória, um Plenário de Propaganda do Distrito de Lisboa, cujo objectivo principal é a discussão dos aspectos de organização e de conteúdo da propaganda para as próximas eleições autárquicas.

Organizado pela Comissão Coordenadora Distrital de Propaganda, o plenário destina-se a quadros, militantes e colaboradores das SIP's, concelhias, de sectores profissionais, de freguesia e de empresa. Estarão presentes os camaradas Vitor Neto e Martins Coelho.

Festas do PCP no fim-de-semana

Torrão do Alentejo

A Festa da Unidade no Torrão do Alentejo é já neste fim-de-semana. O convívio, as actividades culturais, desportivas e recreativas, o debate e o esclarecimento, as canções regionais, fazem o programa da festa organizado pelo Partido Comunista Português.

S. Vitor (Porto)

No próximo fim-de-semana, a Organização da Comissão de Zona de S. Vitor do PCP vai realizar a Festa da Unidade.

É na escola primária da Praça da Alegria que se cumprirá um programa variado, do qual destacamos fados com Fernando Farinha, variedades, filmes, colóquios, tómbola e stands.

No dia 11, realiza-se o comício que contará com a intervenção do camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

No domingo, manhã infantil, uma tarde de espectáculo com Carlos do Carmo e outros artistas e uma noite de baile com o conjunto "Diaspão".

Alverca

A 6.ª edição da Festa Popular de Alverca vai realizar-se já amanhã prolongando-se até domingo.

O jardim do bairro vai ser o apanágio local da Festa.

O programa inicia-se na sexta com folclore e baile com o conjunto "Impulso", e às 21 e 30h, colóquio sobre política autárquica. No sábado, haverá mercado da Reforma Agrária, desporto, espectáculo com Carlos Men-

des, Pedro Osório, José Jorge Letria, coro "Os Unidos do Baixo Alentejo", Renato Jorge e Inocência Casquinha. As 22 e 30, intervenção política com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC. No domingo de manhã, prova de ciclismo para populares, tarde infantil, colóquio sobre Armas Nucleares e à noite encerramento com a actuação do grupo "Fado de Abril".

Samora Correia

A tradicional Festa dos Seareiros, na localidade ribatejana de Samora Correia, realiza-se no próximo fim-de-semana, por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP.

A festa abre às 7 da manhã, no sábado, com alvorada e concurso de pesca; às 14 horas, almoço-convívio; às 15 h, abertura da exposição, quermesse, banca e serviço de bar; às 18 h, matiné dançante; às 19 h, folclore com a actuação dos ranchos infantil e adulto da SFUS; à noite, a partir das 21 e 30, atenção ao baile com o conjunto "Os filhos da noite".

No domingo, a festa reabre às 8 horas. Depois do desfile dos ranchos folclóricos, (11 horas), haverá um almoço de confraternização. A partir das 16 h, festival de folclore com os ranchos da SFUS, da Casa do Povo de Benavente e dos Avieiros de Vila Franca de Xira.

O comício da Festa dos Seareiros está marcado para as 18 horas, com a participação dum camarada da direcção do Partido.

O programa encerra com uma "noite do fado", em que actuarão, entre outros, Fernando Farinha e os elementos da Associação de Fadistas Amadores de Benavente.

Corrida de atletismo

No âmbito das actividades desportivas organizadas pelo Comité Local de Lisboa, realiza-se no dia 18 de Setembro, com início às 10 horas, na Praça Paiva Couceiro, uma corrida de atletismo sob o lema "Com o PCP - Desporto Direito do Povo".

Esta corrida é aberta a todos os escalões com idades superiores a 10 anos.

Haverá prémios para todos os concorrentes de acordo com o regulamento que poderá ser pedido para o Comité Local de Lisboa.

Atenção! As inscrições deverão ser enviadas para a Av. da Liberdade, 170 - 1200 Lisboa, até ao dia 17 de Setembro com indicação do nome e data de nascimento, ou efectuadas no local da partida, até meia-hora antes do início da prova.

Poder local

Entrevista com Francisco Dantas Na Maia o reforço da APU está em marcha

A propósito das próximas eleições para as autarquias locais, o "Avante!" ouviu esta semana o camarada Francisco Dantas, membro da Assembleia Municipal da Maia, eleito pela Aliança Povo Unido, e destacado militante do Partido naquele concelho do distrito do Porto.

Num concelho em que a "AD" detém maioria a APU tem um papel nada fácil de cumprir. Por isso a primeira pergunta: qual o balanço geral do mandato que agora termina?

F. Dantas - No que diz respeito à "AD", que detém a maioria na Câmara, Assembleia Municipal e maioria das freguesias, assistimos a uma acção

lão de 76 a 79 em que deteve a maioria. Só a APU manteve e reforçou a sua política de verdade e de defesa intransigente dos interesses da população, denunciando a demagogia, o comodismo e a corrupção e dando o seu melhor na solução dos problemas locais.

"Avante!" - Na tua opinião os próximos resultados eleitorais sofrerão no concelho da Maia alterações significativas relativamente aos de 79?

F. Dantas - Face ao descontentamento daqueles que em 79 a "AD" conseguiu enganar e agora conhecem realmente o que é a "AD" a nível local e a nível nacional, face à política do PS de repetidas alianças com a "AD" bem como às divisões com que se debate a nível local e nacional, penso que estão criadas condições favoráveis ao reforço da votação na APU e consequente aumento da sua representação nos vários órgãos autárquicos do concelho.

"Avante!" - Quais as linhas mestras da candidatura da APU e em que pé está a preparação das listas no concelho?

F. Dantas - Podemos dizer que as nossas linhas mestras são a unidade e a vontade de resolver os problemas do concelho. Todos aqueles que conosco queiram trabalhar na resolução dos problemas da Maia, de acordo com a vontade das populações, contra a corrupção,

Silves

A Festa do Futuro, em Silves, é já no sábado e domingo, organizada com grande empenho pela Comissão Concelhia do PCP no belo enquadramento do castelo de Silves.

Do programa, salientamos uma parte cultural com feira do livro e do disco e uma exposição sobre Poder Local democrático.

Em relação ao aspecto recreativo, destaque para as

actuações dos ranchos de S. Bartolomeu de Messines e da Quinta da Laranjeira (Silves), do grupo coral "Guediana" (Mértola), do agrupamento "Semente à Terra" (Beja), do conjunto "Statos", dos "Galés" (Setúbal) e de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos.

A Festa encerrará às 21 e 30 com uma intervenção política do camarada Vitor Neto, membro do CC.

Feijó

Por iniciativa da Comissão Local do Partido e da JCP, realiza-se sábado e domingo, integrando a campanha de fundos de Verão, a Festa do Futuro, nos terrenos anexos à rua da Algazarra, junto ao depósito da água no Feijó.

No sábado, às 21 e 30h haverá projecção de filmes.

No domingo, manhã infantil organizada pelos pioneiros, almoço-convívio, pintura de um painel por artistas plásticos, espectáculos musicais e às 18 h intervenção política.

Durante os dois dias estará em funcionamento permanente um bar, bancas e uma exposição sobre o Feijó.

Tires

Tires, neste fim-de-semana vai estar em festa, no largo do Mercado. É a Festa da Unidade.

Do programa, destacamos no sábado, às 22, "baile Juventude", com os conjuntos "Mensagem" e "Turbo"; domingo, manhã infantil, e atletismo e à tarde, espectáculo com Luisa Basto e João Fernando. Coral Alentejano de Tires. Coral Alentejano da Brandoa, palhaços, ranchos folclóricos de Matarraque e os Vinhais, César e António.

O camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado da Comissão Política do CC, fará uma intervenção às 17 e 30 horas.

Festa na Amadora êxito de novo

A "Festa da Unidade" promovida pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP decorreu no passado fim-de-semana, desta vez na freguesia da Falagueira-Venda Nova. Para tal foi utilizado o polidesportivo da Falagueira onde acorreram numerosos militantes e simpatizantes comunistas bem como muita da população daquela nova cidade.

Uma exposição sobre o trabalho desenvolvido nas autarquias da Amadora nestes últimos três anos, onde se fez mais do que nos últimos dez, foi local obrigatória de passagem. Aqui era passado um diaporama e diversos filmes tendo como tema o trabalho desenvolvido a nível de autarquias.

No auditório realizaram-se colóquios que registaram grande participação, sendo de salientar os seguintes: "O PCP, a situação política e económica"; "A APU presta contas"; "Movimento Operário e Popular" e ainda outro dedicado ao "Ensinamento".

O Pavilhão da Juventude constituiu êxito assinalável para os seus organizadores que tinham ali a funcionar a "Radio Juventude". Difundindo música, entrevistas e noticiário esta iniciativa contagiou os presentes.

No domingo as crianças não foram esquecidas e uma manhã infantil ocupou o programa.

Durante o comício que se realizou na tarde de domingo intervieram os camaradas Alexandre Teixeira, membro da Comissão Concelhia da Amadora, Orlando de Almeida, presidente da Câmara e Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Alexandre Teixeira referiu a situação social do concelho face às violentas ofensivas do patronato em conluio com a "AD" desencadeadas nomeadamente contra os trabalhadores da Cometa, Cel-Cat e Bertrand. Por seu turno, Orlando Almeida traçou uma panorâmica do que a APU encontrou naquele novo concelho, salientando o que se tem feito neste mandato apesar da "AD" não ter apoiado como devia a instalação do município.

Destacando o boicote que tem havido por parte de certas forças políticas representadas na municipalidade referiu-se concretamente ao muito já reali-



Em Matosinhos, já no próximo fim-de-semana, vai realizar-se a Festa do Mar, organizada pela Comissão Concelhia do PCP.

Do variado programa, destaca-se logo no sábado à noite as intervenções dos grupos UHF e Watts. Atenção juvenil!

Domingo, de manhã, haverá provas desportivas, palhaços e ainda a intervenção de José Barata Moura; de tarde, rancho regional de Guilfoes, de novo José Barata Moura, grupo "Cantares da Terra", José Viana e Dora Leal; colóquio sobre Poder Local; e a encerrar a Festa, comício, com intervenção do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e pelo do "Avante!".

zado sendo justo hoje afirmar-se que foi feito mais neste mandato do que nos últimos dez anos.

Com efeito o concelho da Amadora altera-se de dia para dia, grandes obras foram lançadas e no que a este assunto diz respeito Orlando Almeida levantou uma questão relacionada com certos construtores a quem as referidas obras foram entregues e onde se registam atrasos assinaláveis.

Por último manifestou a esperança - quase - certeza do reforço da APU no concelho, o que possibilitaria desenvolver um trabalho em benefício das populações ainda mais intenso.

Discurso de Dias Lourenço

Encerrou o comício o camarada Dias Lourenço que aproveitou a ocasião para saudar o dirigente do PAIGC, Adriano Ferreira, ali presente e que juntamente com Vasco Cabral integra uma delegação daquele partido que se encontra no nosso país a convite do PCP.

Na sua intervenção, Dias Lourenço, referindo-se à "revisão AD"/PS de Mário Soares

da Constituição" como "uma peça essencial do plano subversivo da reacção contra o regime democrático", salientou estar-mos perante "uma situação de facto perigosa para a existência do regime democrático e as conquistas de Abril", notando, no entanto, tratar-se de "uma fase de dois gumes".

Com efeito, "todo o sinistro plano da "AD" congeminado com Mário Soares e o seu grupo pode ir a terra com a simples demissão do governo "AD", com a dissolução da AR, com a formação de um governo de gestão idóneo, com a realização de eleições antecipadas".

"Tais medidas podem ser efectivadas ainda pelo PR se este segurar nas suas mãos a iniciativa política. Mas isto não é provável, lamentavelmente".

"Não é líquido que o PR o faça, mas uma coisa é certa: a "AD" tem por únicas forças o governo e a maioria parlamentar mas não tem a seu favor o apoio decisivo do povo português - o PR tem ainda o poder constituinte de demitir o governo e marcar novas eleições e teria além disso nessa iniciativa o apoio da esmagadora maioria do povo português e das forças democráticas".

será a festa comício na freguesia de Águas Santas, a maior do concelho, e contará com a presença do camarada Carlos Costa. Em meados de Outubro reunirá a Comissão Concelhia da APU no concelho da Maia, eleita no encontro concelhio no passado dia 5 de Junho, donde sairão outras iniciativas e marcos de trabalho.

A finalizar a breve conversa que teve conosco, o camarada Francisco Dantas fez questão em acrescentar:

Gostaria de fazer um apelo a todos os militantes do Partido, a todos os socialistas, a todos os democratas, aos nossos companheiros do MDP, para que se mobilizem deste já em tomo da APU para a grande batalha política que, seja qual for a evolução imediata da situação política geral, iremos travar nas eleições para as autarquias locais. Vamos todos arregaçar as mangas e deitar mãos ao trabalho para que Abril se reforce nas autarquias do nosso concelho!

Lista APU do Tortosendo apresentada a plenário

Um plenário da APU do Tortosendo realizado no passado sábado na antiga sede do Unidos Futebol Clube reuniu várias dezenas de activistas, que discutiram a composição da lista a apresentar para a Assembleia de Freguesia e os programas dos candidatos.

Da mesa do plenário fizeram parte Ramiro Venâncio, o eng.º José Taborde e Nicolau Baltazar, e ainda Carlos Pinhão Correia, membro do CC do PCP e da Comissão Nacional da APU, que presidiu.

A reunião aprovou uma lista de candidatos - a ratificar em novo plenário que se anuncia para 4 de Outubro - que, entre outros, integra os nomes de João Carlos Calado, Edmundo Pereira, Augusto Correia, António Calado e Ramiro Venâncio, o actual presidente da mesa da Assembleia de Freguesia.

Uma Comissão de Coordenação e Apoio ao trabalho eleitoral, constituída por decisão do plenário, incentivará, como também foi decidido, o trabalho necessário à definição e ordenação da lista, assim como o trabalho junto da população para a elaboração dos programas de candidatura da APU, a discutir e aprovar também em 4 de Outubro.

Festa do Horto em Miragaia

Miragaia, uma das zonas mais degradadas da cidade do Porto, e também uma das que se tem notabilizado pela combatividade dos seus moradores, vai estar em festa no próximo fim-de-sema-

na. Por iniciativa da APU lá vão estar, no Horto, na noite de sábado, José Viana e Dora Leal, assim como Carlos Cunha e fadistas populares que animarão uma Noite de Fado. No domingo, depois de uma manhã especialmente organizada a pensar nas crianças, haverá rock pelas conjuntos "Mensagem" e "Diaspão" e folclore por vários ranchos.

Joaquim Nascimento, que é o presidente APU da Junta de Miragaia, Oliveira Dias, vereador da Câmara do Porto eleito pela APU e Helena Medina, da DORP e do CC do PCP, falarão sobre a situação política e nos órgãos de Poder Local.

Trabalho preparatório das eleições no concelho da Amadora

Além do Encontro Concelhia da APU já marcado para o próximo dia 19, que tem como objectivo principal discutir os programas provisórios a apresentar pela APU na candidatura aos vários órgãos autárquicos do concelho, activistas e eleitos da APU reunir-se-ão brevemente em encontros de zona para programar candidaturas e iniciativas de pré-campanha. É o caso de Carenque, freguesia da Mina, onde está marcado um encontro aberto a toda a população para o dia 17, com início às 21 e 30.

Com o mesmo objectivo de discutir o trabalho eleitoral estão anunciados plenários de militantes do PCP das seguintes freguesias: Buraca, no dia 10, às 21 e 30, nas oficinas do "Notícias da Amadora"; Falagueira-Venda Nova, também no dia 10, às 21 e 30, no Salão de Música da Filarmónica, com a participação do camarada Jerónimo de Castro, do CC; Mina, no dia 11, às 21 e 30, no Centro de Trabalho da Amadora; Brandoa, no dia 24, no Polivalente.

PCP

FESTA DA ALEGRIA

O Minho teve a sua grande festa do Portugal de Abril

Pela quinta vez a Festa da Alegria, que se realizou no passado fim-de-semana em Braga, foi de facto um espaço de fraternidade e de convívio, foi uma grande festa do Portugal de Abril.

Foram muitos os milhares de pessoas que durante os três dias passaram pela festa, pelo convívio, pelos pavilhões de artesanato, pelos espectáculos, pelas exposições, por um bom petisco e um copo.

Foram muitos jovens atraídos pela música de Rão Kião e o seu grupo de jazz, mas que foram também à adega do Fado de Abril ouvir fadistas populares de Almada, aí cantando animadamente.

Foram muitos mais novos e mais velhos, presos, pelos olhos e pelos ouvidos à música e às palavras de Vitorino de Almeida e ao espectáculo "Triângulo do Mar" apresentado por Carlos Mendes.

A perícia dos jovens da Escola de Jogo de Pau de Abadim, o riquíssimo folclore do Minho, encheram o bom programa da tarde de domingo.

No auditório, a gente do Norte foi saber o que se passa na Reforma Agrária, o que faz a APU nas autarquias em que é maioria.

No sábado à tarde, o imenso calor que se fazia sentir, não impediu que se juntassem milhares de pessoas sob sol intenso para

ouvir o camarada Álvaro Cunhal e aí como em toda a Festa ficou claro, mais uma vez, que o povo do Minho, como o de todo o País, está disposto a lutar pela demissão do Governo "AD", pela realização de eleições.

A Festa da Alegria afirmou-se mais uma vez como a mais importante realização político-cultural de massas do Norte do País e, simultaneamente, como mais uma prova da crescente influência do Partido do Minho.



Discurso de Álvaro Cunhal

Camaradas e amigos:

Antes de mais desejo transmitir à DORM, aos organismos de direcção e a todos os militantes do distrito de Braga as saudações fraternais e as mais calorosas felicitações pela realização da Festa da Alegria.

Nós, comunistas, estamos orgulhosos desta Festa, pelo seu valor cultural, recreativo e humano. Mas cremos que também o povo e a cidade de Braga, assim como o povo do Minho, sentem orgulho nesta magnífica Festa — que não é só nossa, mas é de todos.

Festa da Alegria festa do povo

A projecção da Festa da Alegria, não só no Norte mas em todo o País é já tal que a reacção se sente na necessidade de combater a sua influência.

Assim, por exemplo, anteontem um jornal reaccionário, para combater, por antecipação, o que aqui se viesse afirmar neste comício, dedicou uma notícia a 7 colunas à Festa da Alegria e ao discurso que eu aqui estou a pronunciar.

E pôs-se a adivinhar o que viria dizer. Entre as previsões adiantou que eu viria dizer que «enquanto a AD estiver no poleiro isto não anda e só desanda».

E é verdade, acertou! Por outras palavras eu direi e até provarei que, como a «AD» isto não anda, é preciso o mais depressa possível pôr a «AD» a andar do Poder para fora.

E, noutras previsões, o dito jornal adiantou ainda que eu viria aqui dizer que «se pode ser ao mesmo tempo, cristão e comunista». E é verdade, também acertou!

E até posso começar já por aí, uma vez que esta Festa de comunistas tem lugar numa cidade e numa região em que a maioria da população é católica.

Não é afirmação nova, mas orientação do PCP de há muito, não apenas afirmada mas confirmada nos actos, que o PCP respeita escrupulosamente as crenças religiosas e a prática do culto.

O PCP contraria firmemente, quaisquer palavras, quaisquer atitudes e quaisquer actos que possam ofender os sentimentos religiosos dos crentes.

Não se trata de uma afirmação propagandística. Trata-se de uma realidade, comprovada dia a dia através dos anos.

Aqui, nesta Festa e neste comício, estão certamente milhares de católicos.

E eu pergunto-se, nesta Festa, no seu programa, nos seus pavilhões, nas suas exposições, no ambiente que se vive, nas palavras que se dizem, viram ou ouviram seja o que fosse que ferisse os sentimentos religiosos. Certamente não viram, nem ouviram, nem podiam ter visto ou ouvido.

Os reaccionários, a começar pelos chefes da «AD», são intolerantes e violentos contra os que professam crenças ou ideias diferentes das suas.

Os comunistas, aqui nesta Festa como em toda a vida nacional, como verdadeiros democratas que são, dão exemplo de respeito pelas crenças e pelas ideias de todos os portugueses.

O que está presente em toda a acção da «AD» é o ódio. Ódio aos trabalhadores. Ódio às liberdades. Ódio às conquistas de Abril. Ódio ao regime democrático.

O ideal que anima os comunistas é um ideal de amor. Amor ao trabalho e pelos trabalhadores, amor pela liberdade, amor pela democracia, amor pelos direitos dos homens, amor pelo povo e amor pela Pátria.

Religião não é política. Política não é religião. Um católico, que sinta na cabeça e no coração os ensinamentos de Cristo, certamente não pode apoiar a política feroz e cheia de ódio da «AD» contra o povo trabalhador, contra os pobres, contra as camadas mais desprotegidas, mais infelizes, mais desgraçadas da população, política que serve grandes senhores na sua vida de luxo, ostentação e feroz egoísmo à custa da fome, da miséria, dos sofrimentos e das lágrimas de milhões de portugueses.

Há sem dúvida católicos que votam na «AD». Mas qualquer pessoa com boa formação de carácter compreenderá que um verdadeiro cristão não poderá jamais ser um fascista ou um reaccionário e que, como a vida mostra, um cristão pela sua fé pode ser um comunista pela sua política.

Por isso não é novidade nem é de estranhar que sejam membros do PCP milhares de homens, mulheres e jovens católicos.

E aqui nesta Festa e neste comício são certamente tantos que, se todos levantassem as mãos ao ar, pareceria uma pequena floresta.

Mas aqui nesta Festa, como no nosso próprio Partido, ninguém pergunta a crença de cada qual, quem é ou quem quer ser católico.

O que interessa afirmar (e essa é a exaltante realidade desta grande Festa) é que estamos aqui portugueses e portuguesas, convivendo, confraternizando, unidos numa mesma aspiração comum e geral de liberdade, de democracia, de bem-estar, de paz, de humanidade.

E por isso o povo vem em massa a esta Festa, sente-se bem nela, sente que esta Festa não é apenas dos comunistas, mas é da cidade de Braga, é do Minho, é do povo, é da democracia, é de Portugal.

A violência «AD» contra as liberdades

O povo português, os trabalhadores portugueses, os democratas portugueses e, em primeiro lugar, nós, comunistas, que, na luta pela democracia, suportamos e sofremos o maior peso da repressão durante a ditadura, — todos conhecemos o que significa o ódio e a violência do fascismo e da reacção.

Esse ódio e essa violência que o governo «AD» utiliza como sentimento e como norma para impor a sua política contra as conquistas democráticas alcançadas como o 25 de Abril.

Por um lado procura restringir e violentar as liberdades e direitos dos cidadãos e prepara já toda uma série de novas leis — sobre a liberdade sindical, sobre o direito à greve, sobre a contratação colectiva — para limitá-las ou liquidá-las.

Por outro lado, lança mão da repressão.

Quantas vezes não utilizou já o governo «AD» a brutal violência das forças repressivas para abafar e esmagar as justas reclamações dos trabalhadores nas fábricas e empresas como aconteceu (para citar apenas alguns dos casos deste ano mais conhecidos) na Greve Geral de Fevereiro, no 1.º de Maio, no Metropolitano de Lisboa, na Cambournac, na Fábrica de Loira de Sacavém, em Canas de Senhorim e há poucos dias no Hotel Baía de Cascais?

Quantas vezes na zona da Reforma Agrária e para consumir o roubo de terras, de máquinas e de gados, não enviou fortes contingentes da GNR armados até aos dentes e com cães ferozes, para espancaram e feriram e balearam homens, mulheres e crianças?

Em quantas empresas em todo o País, e aqui no distrito de Braga, em particular nas têxteis — Fiagão e Tecidos Oliveira Ferreira, Varela Pinto & C.ª Lda., Fábrica Têxtil de Vizela, Fábrica Têxtil Riopole, Têxtil Manuel Gonçalves e tantas outras — o governo «AD» não promoveu a instauração de clima de repressão patronal — processos e sanções disciplinares, intimidações, represálias, suspensões sem vencimentos, proibição de actividades sindicais, despedimentos, guarda privada de gorilas, agressões — que em pouco se distingue da situação do tempo do fascismo?

Quantas vezes não enviou forças repressivas exercer violências sobre justas e legais concentrações de agricultores?

Quantas vezes não se envia também para abafar outras justas reclamações dos povos?

Não sei, camaradas, se estão aqui pessoas de Vizela. Mas, se estão, eu peço-lhes que transmitam à gente da sua terra que o PCP tem plena compreensão pelas justas aspirações do povo de Vizela para a formação de um conselho (sem qualquer prejuízo para os justos direitos do conselho de Guimarães e sem a integração de qualquer freguesia ou povo que o não deseje), que o PCP é inteiramente solidário para com o povo de Vizela vítima da brutal intervenção da GNR, a mando do governo «AD».

"Aveiro Festa 82"

abre as portas amanhã até domingo

Unidade, convívio e fraternidade

Aveiro/Festa 82 aí está. Começa amanhã e prolonga-se até domingo. Muito jovem ainda — está na sua segunda edição — a festa adquiriu já, contudo, o relevo de um grande acontecimento político e cultural na região. Enraizou-se. Soube ganhar a dimensão da vida e do trabalho das gentes do distrito. E da sua luta. Uma luta que quotidiana em defesa dos valores queridos aos trabalhadores. Uma luta em defesa da democracia, do Portugal de Abril e das suas conquistas.

Promovida pela Comissão Distrital de Aveiro do PCP a Festa está a despertar um vivo interesse entre amplos sectores da população, interesse esse que advém em grande medida do diversificado programa que tem para oferecer.

Mas também junto das organizações e militantes o entusiasmo não é menor, trabalhando-se intensamente para utilizar os preparativos por forma a transformar o imenso recinto num amplo espaço de fraternidade e convívio que possa acolher condignamente os muitos milhares de visitantes.

E pelas informações que nos chegam tudo se prepara para que de facto assim venha a acontecer. O empenho é grande e são muitos os camaradas e amigos do Partido que retirando horas ao seu período de férias e ao seu merecido descanso têm contribuído para pôr de pé esta importante realização dos comunistas do distrito de Aveiro.

Vejam os então em que consiste o programa que a Aveiro/Festa 82 tem para oferecer a todos os seus visitantes:

Das exposições ao desporto

Começemos pelas exposições. São em número de cinco e vão desde o artesanato onde estarão presentes

vários artesãos do distrito numa demonstração viva do seu trabalho, até uma exposição subordinada ao tema «O Poder Local Democrático no Portugal de Abril» onde se divulgarão as realizações da APU nas câmaras e juntas onde detém a maioria, bem como as carências das

Comício com Álvaro Cunhal no sábado às 18 horas

populações do distrito de Aveiro. Uma ligação profunda à vida da classe operária e um conhecimento dos seus problemas e anseios constitui também, por outro lado, a realidade que surgirá através de documentos e fotografias nos painéis da exposição dedicada ao «PCP e à Luta de Massas no Distrito», «90 anos de desporto» e «150 Anos de Imprensa», em Aveiro, servirão de tema a outras duas exposições que despertarão certamente o interesse dos visitantes.

A realização de dois colóquios, um subordinado ao tema «O Poder Local Democrático», com presidentes de Câmaras APU, e outro referente à «Luta das Mulheres e a Defesa dos seus Direitos», com Zita Seabra, preencherão uma parte das tardes de sábado e domingo, respectivamente.

das 21.30 horas — Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro»; grupo Raiz; os Jogaíras do Barreiro; Rancho de Sarrazola; Luísa Basto; João Fernando e Barata Moura.

Dia 11, sábado, a partir das 15.30 horas — tarde infantil com a presença de Barata Moura e de um grupo de teatro de fantoches.

Dia 11, à noite — Carlos Paredes, Fernando Alvim e o grupo Trovante.

Dia 12, domingo, à noite — a presença do fado e das guitarras de Coimbra através do dr. Lousã Henriques, António Portugal, Luís Filipe, Rui Pato, Manuel Borralho, Gomes Alves e António Bernardino. O momento de poesia será preenchido por José Manuel Mendes e José Carlos Gonzalez. A encerrar o espectáculo, um concerto de piano executado pelo maestro António Vitorino de Almeida.

Em defesa da arte e da cultura

Mas muitos outros motivos de interesse não faltarão a quem se deslocar este fim-de-semana à Aveiro/Festa 82. No amplo recinto, o visitante encontrará stands das Comissões Concelhias do PCP no distrito, representações de estruturas do Partido de outras regiões e ainda o mercado da Reforma Agrária onde se efectuará a venda directa ao público de produtos provenientes das terras do Alentejo e Ribatejo.

Uma pequena exposição sobre o «Avante!» e o «Militante» estarão patentes no stand central do PCP, local onde poderão também ser adquiridos diversos materiais do Partido. De registar também a presença da JCP e dos Pioneiros de Portugal através dos seus stands próprios.

Para os apreciadores do bom petisco ou para quem não queira abandonar o recinto aqui fica também a ementa regional a servir no restaurante: Dia 10 (jantar) — caldeirada de enguias; dia 11 (almoco) — bacalhau com grão; dia 11 (jantar) — leitão à Bairrada; dia 12 (almoco) — chanfana à Bairrada; dia 12 (jantar) — febras à Beirão.

Como se pode ver um convite a que é difícil resistir...

Mas a Festa que começa amanhã bem se pode afirmar que já há muito verdadeiramente começou. Como afirma a Comissão Distrital de Aveiro do PCP, numa breve nota de saudação inserida no programa, a Festa assinalará «um marco importante na nossa luta em defesa da arte e da cultura popular».

trabalho para as eleições autárquicas.

A reunião decorrerá na Sociedade Filarmónica da Amadora e contará com a presença do camarada Luís Sá.

Algarve

No próximo dia 10 realizar-se-ão plenários para divulgação das conclusões da reunião do CC em Faro, com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC, e em Vila Real de Santo António, com o camarada Carlos Luís do CC.

No Algarve, estão ainda previstas sessões de esclarecimento com o camarada Carlos Brito em Loulé, dia 11, às 21.30 horas, na colectividade Música Nova; e em Monchique, no dia 12, também às 21.30, na Casa do Povo.

Beira Interior

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP, promove no sábado às 9 e 30 na sede velha dos Unidos de Tortosendo uma Reunião Regional com a seguinte ordem de trabalhos: a situação política e social e a luta de massas; os problemas de organização, funcionamento e estruturação do movimento sindical nos distritos de Guarda e Castelo Branco.

O camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política, participará na reunião.

As 13 horas haverá um almoço-convívio, para o qual estão abertas inscrições.

• Organização do PCP na freguesia de Carcavelos, dia 11, sábado, às 21.30 horas, no Musical de Carcavelos.

• Almoco convívio da APU da freguesia da Parvade, dia 11, sábado, na sociedade do Murtal.

• Célula do PCP na SIPE, dia 11, sábado, às 16 horas, no CT de Tires.

Algés

Contando com a presença do camarada António Andrez, membro suplente do CC do PCP, realiza-se amanhã, sexta-feira, às 21 horas, no Centro de Trabalho de Algés, um plenário de quadros da organização concelhia de Oeiras.

Os participantes apreciarão e discutirão as importantes conclusões da reunião do Comité Central.

Amadora

Com o objectivo de discutir as conclusões da reunião do Comité Central realiza-se hoje nas instalações da Sociedade Filarmónica da Amadora um plenário das células de empresa do concelho da Amadora.

A reunião, com início previsto para as 18 horas, estará presente o camarada Domingos Abrantes do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Entretanto, encontra-se já marcado para o próximo dia 16 de Setembro, com início às 21 horas, um importante encontro das organizações daquele concelho com vista a preparar o

Reuniões

Lisboa — 4.ª Zona do CLL

Para os próximos dias estão marcadas na cidade de Lisboa, entre outras, os seguintes plenários de militantes comunistas para análise e discussão das conclusões da reunião do Comité Central:

• Dia 10, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho da Ajuda para os militantes da freguesia da Ajuda.

• Dia 10, às 21 horas, no CT dos Prazeres, para os membros do Partido daquela freguesia.

• Dia 16, às 18.30, para os camaradas das empresas da 2.ª Zona, no CT de Alcântara.

• Dia 10, às 21.30, militantes da organização da freguesia de Alcântara, no respectivo Centro de Trabalho.

2.ª Zona do CLL

Realiza-se hoje, às 17 e 30 horas, no Centro Vitória, uma reunião dos camaradas do sector dos Seguros de Lisboa para analisar as conclusões da reunião do CC.

Seguros

Realiza-se hoje, às 17 e 30 horas, no Centro Vitória, uma reunião dos camaradas do sector dos Seguros de Lisboa para analisar as conclusões da reunião do CC.

O camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC, participará na reunião.

Oeiras

No concelho de Oeiras vários plenários de militantes estão marcados para análise da situação política e das perspectivas de acção e de luta que se colocam aos comunistas e aos democratas.

Do calendário das sessões, todas elas contando com a presença de camaradas da direcção do Partido, destacamos:

• Dia 15 de Setembro, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho de Algés, para os militantes de Carnaxide.

• Dia 15 de Setembro, às 18 horas, no CT da Amadora para os militantes da zona de Queluz de Baixo — Barcarena.

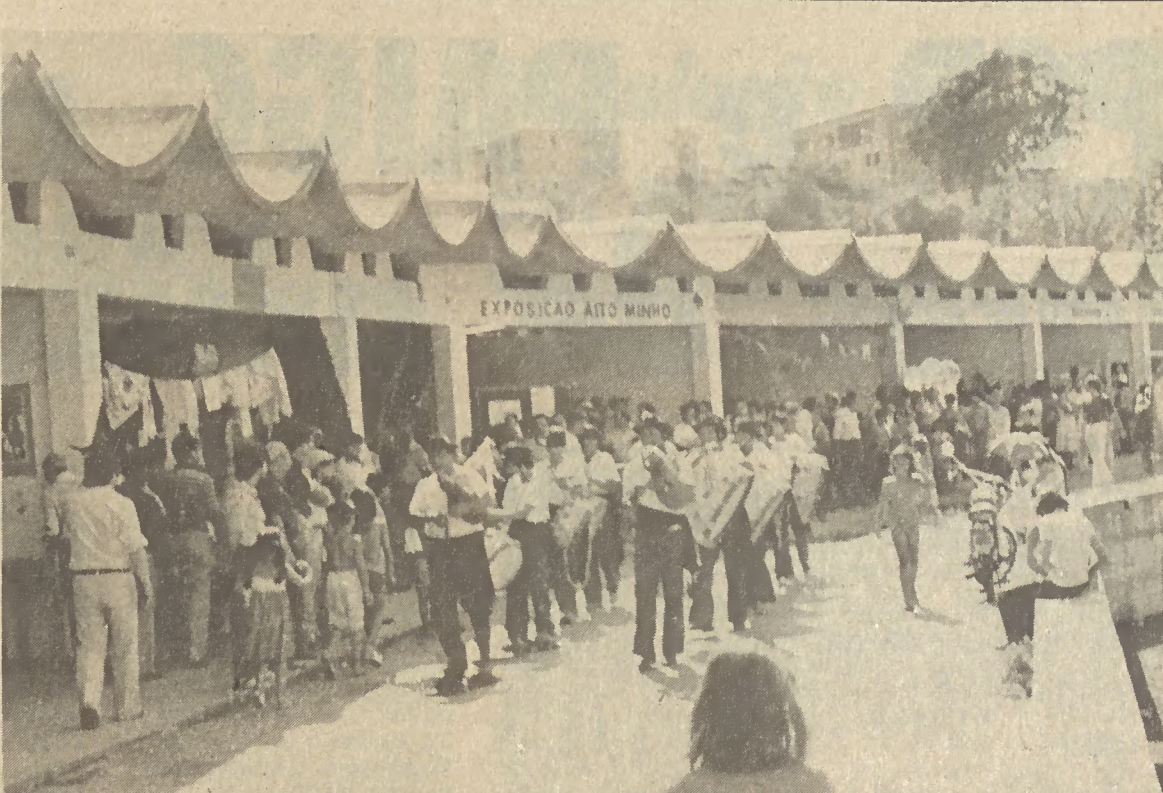
• Dia 16 de Setembro, às 18 horas, no CT de Algés para os militantes das empresas da zona de Carnaxide.

Cascais

No âmbito da actual fase de relançamento da actividade das organizações e militantes do Partido após o período de férias, estão previstas no concelho de Cascais as seguintes realizações e plenários:

• Organização do PCP na freguesia de Alcábalde, dia 10, sexta-feira, às 21.30 horas, no CT de Cascais.

• Célula do PCP na Standard Eléctrica, dia 10, sexta-feira, às 15 horas, no CT de Cascais.



Enthal em Braga

viola eléctrica em baixa tensão da EDP, o centro transitário Rent-a-Car e Hotel Eva da RN, postos de vendas de combustíveis da Petrol, os por pesquisadores da SNAPE?

E porque se vendem ao desbarato aos capitalistas as acções de empresas e a propriedade do Estado?

O País e o povo não podem suportar que a economia portuguesa, nação do Estado, que sendo Estado, são de todo o povo, sejam assim desbaratados, para encherem os bolsos dos grandes capitalistas e dos elementos corruptos com a protecção do governo «AD». E isto para entregar de novo todas as riquezas e a economia nacional aos grandes monopolistas do tempo do fascismo.

É vulgar dizer-se que onde há lixo é preciso uma vassoura. A «AD» é a corrupção instalada no Poder e no Estado. É autêntico lixo a vassoura e uma boa vassoura.

E uma razão e razão mais que suficiente para correr com a «AD» e nós continuarmos esta batalha e empregarmos todas as energias até que este objectivo seja alcançado.

Estabilidade democrática contra desestabilização da «AD»

Na terça-feira, à saída de Belém, do encontro do CDS com o Presidente da República, Freitas do Amaral apresentou a «AD» como defensora da estabilidade e do «normal funcionamento das instituições democráticas», acusando desde logo de «desestabilizadoras» medidas que a Constituição prevê, mesmo depois de revista, como são a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas.

Nós já estamos habituados a esta forma de os reacçãoários invertem as situações, acusando os seus inimigos de praticar precisamente os crimes que eles, reacçãoários, praticam.

Eles violam a legalidade, utilizam constantemente a violência, saqueiam e desorganizam a economia, mas acusam disso mesmo os trabalhadores, o movimento operário, o Partido Comunista.

Eles têm como objectivo programático destruir o regime democrático, atropelam diariamente as normas democráticas, mas, entretanto, proclamam como Salazar no seu tempo, proclamam que eles é que são os «democratas» e excluem do número dos «democratas» aqueles que são verdadeiramente os são: os comunistas.

E agora só faltava esta: acusarem de «desestabilizadoras» quaisquer medidas constitucionais e legais para pôr termo à desestabilização geral provocada pela «AD».

A verdade é que, nos últimos anos, são os trabalhadores, são as massas populares, são os verdadeiros democratas, são os comunistas, que defendem, firme e consequentemente, a estabilidade e a estabilização, estabilização e estabilidade económica, estabilização e estabilidade social, estabilização e estabilidade política, estabilização e estabilidade militar.

E é a «AD» que não tem feito e não faz outra coisa senão levar cabo uma programada e monstruosa política de desestabilização geral.

Desestabilização económica, com a recessão industrial e agrícola, a destruição de empresas nacionalizadas, os golpes profundos na Reforma Agrária e na produção agrícola, o aumento verginhoso dos desequilíbrios económicos e financeiros, a subida de todos os défices, elevação da dívida externa e dos juros pagos com essa dívida a um nível tão monstruoso que, a continuar a «AD» no Poder, Portugal aminha para a bancarrota.

Desestabilização social, com uma política de exploração desenhada e o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, dos agricultores, das classes médias, simultaneamente com a protecção dos interesses ilegítimos dos grandes capitalistas e agrários, de que resulta o agravamento e generalização dos conflitos sociais.

Desestabilização política, com o atropelo da legalidade democrática, o abuso do Poder, a recusa a cumprir sentenças dos tribunais, o contumelioso provocatório com outros órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República e o Conselho de Revolução, de que resulta, não o «normal funcionamento das instituições democráticas» mas a sabotagem das instituições e do seu normal funcionamento.

Desestabilização militar, com conspirações, campanhas e intrigas nas Forças Armadas com vistas à destruição do espírito do 25 de Abril e à restauração de uma hierarquia militar fascista ou fascizante.

E, para completar, **desestabilização do próprio regime democrático**, globalmente considerado através duma revisão inconstitucional da Constituição, realizada com a cumplicidade de Mário Soares, do propósito de restaurar o capitalismo monopolista e os latifúndios e da tentativa de destruição da democracia e da instauração duma nova ditadura.

Freitas do Amaral proclama agora que a «AD» está contra a «desestabilização» e diz ser necessário «assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas» e a «estabilidade».

Pois bem. Para assegurar uma coisa e outra é imperioso precisamente o contrário do que pretende Freitas do Amaral.

Assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas e assegurar a estabilidade significa antes do mais impedir que a «AD» continue a sua política de desestabilização geral, impedir que a «AD», utilizando para os seus fins subversivos os novos poderes que a Constituição revista dá ao Governo e à Assembleia da República possa concretizar o golpe que prepara contra a democracia.

E para isso as medidas imediatas que se impõem são demitir o Governo, dissolver a Assembleia da República formar um governo de gestão e convocar eleições no prazo de 90 dias.

Mesmo com a revisão é possível evitar o golpe

Estas medidas (como o nosso Partido insistiu ao longo dos meses) teriam ter sido tomadas antes da revisão da Constituição feita pela «AD» com o colaboracionismo do PS/M. Soares.

Antes da revisão da Constituição, a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, teriam como fim, não só pôr fim à criminoso política da «AD», mas também impedir a própria revisão por uma Assembleia que já não representa de nenhuma forma o eleitorado.

Agora, depois da revisão, e a realização de eleições, que continuam a ser interligadas constitucionais e legais, impõem-se ainda com mais urgência para impedir que a «AD» utilize os novos poderes que, com a revisão, são atribuídos ao Governo e à Assembleia.

Como nos lembramos, em 1980 a «AD» desenvolveu todo um plano subversivo e golpista.

Esse plano esteve perto de ser realizado. Mas fracassou já perto do seu último objectivo com a estrondosa derrota da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro e com a eleição do actual Presidente da República.

Apesar do justo descontentamento popular resultante do facto do Presidente da República não tomar as medidas que se impõem para voltar o passo à reacção, não há razão para pensar que não foi justo de 1980 votar em Eanes.

Se isso não se tivesse feito, teria sido eleito o general Soares e o «AD» teria conquistado todo o Poder e poderia ser que já hoje vivéssemos numa nova ditadura.

Em 1980, milhares de portugueses «engolindo sapos vivos» salvaram a democracia. Não têm razões para estar arrependidos. Fracassado o plano em 1980, a «AD» procurou novo caminho para o golpe. E nesse caminho, a revisão inconstitucional da Constituição foi um passo fundamental.

Ao longo dos meses nós alertámos para os perigos desta revisão inconstitucional da Constituição. Preveríamos que, com esta revisão, a «AD» pretendia levar por diante um novo golpe de Estado: tomar conta do Poder e, particularmente, conquistar o controlo, a direcção e o comando das Forças Armadas, para depois as utilizar para esmagar o resto do nosso povo, para destruir completamente as conquistas de Abril, para liquidar o regime democrático e instaurar uma nova ditadura.

A «AD» não conseguiu alterar a Constituição no que respeita à

organização económica e às liberdades e direitos dos cidadãos. Mesmo com a revisão, a Constituição continua a consagrar as liberdades e direitos fundamentais, a impedir a destruição das nacionalizações e a restauração dos latifúndios.

Mas, como muitas vezes prevenimos, a «AD» não quer saber disso. Continua a violar (como tem violado) a Constituição. E tanto a sua acção actual, como aquilo que anuncia mostram o seu propósito de destruir completamente o regime democrático.

Aliás já o anunciou. Anunciou nova lei dos sectores. Anunciou a breve criação de bancos privados. Anunciou a nova lei a que chama da reforma agrária e nova lei do arrendamento rural. Anuncia novas leis sobre a liberdade sindical e o direito à greve. Anuncia novo pacote laboral.

Para isso conta naturalmente continuar no Governo, continuar com a maioria na Assembleia e usar os novos poderes que a revisão da Constituição atribue ao Governo e à Assembleia.

Como alertámos contra esse perigo, como insistimos em que, a revisão da Constituição era o caminho para o golpe há quem agora diga assim: a revisão está feita, tudo está perdido.

Ora a situação que vivemos não é essa. A «AD» conseguiu sem dúvida uma vitória política com esta revisão. Mas não se pode dizer que tudo está perdido pois há ainda possibilidades reais para impedir que se realize o golpe da «AD» e para salvar o regime democrático.

O perigo do golpe está no facto da «AD» ter conseguido com a revisão, que o Conselho da Revolução seja dissolvido, que sejam transferidos para o Governo e para a Assembleia da República competências militares do Presidente da República e do Conselho da Revolução, que seja criado um Tribunal Constitucional cuja composição é decidida pela Assembleia.

O perigo do golpe de Estado está aí. Mas ele pode ser evitado se a «AD» deixar de ser Governo e deixar de ter maioria na Assembleia da República.

Nesse caso já não seria o governo «AD» a indicar os chefes de Estado-Maior. Já não seria a maioria «AD» na Assembleia da República a fazer legislação militar e a determinar a composição do Tribunal Constitucional.

Basta que a «AD» seja corrida do governo e perca a maioria na Assembleia da República em novas eleições, para que o golpe seja evitado e para que as armas que a «AD» quiz obter com a revisão da Constituição se voltem contra ela.

E isto é plenamente possível. Bastará que as quatro medidas propostas pelo Partido — a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas — sejam tomadas com decisão e urgência.

Por isso, camaradas, nada está perdido e a luta continua! Não devemos afrouxar o combate, nem esmorecer, nem perder a confiança.

A consigna que temos lançado ao longo do ano continua inteiramente válida, continua a marcar a direcção e o objectivo fundamental do nosso povo, dos trabalhadores, das massas populares: a luta continua «AD» para a rua!

Unidade com os socialistas contra a aliança PS/«AD»

A ofensiva contra-revolucionária, a revisão da Constituição, o plano e os preparativos do golpe de Estado são conduzidos pelas forças reacçãoárias e pela «AD», sua coligação partidária.

Mas a perigosa situação que atravessamos, assim como todo o avanço do processo contra-revolucionário, não teria sido possível se não fosse a vergonhosa aliança com a «AD» de Mário Soares e outros dirigentes do PS.

O colaboracionismo com a «AD» de Mário Soares e outros dirigentes do PS nas mais variadas zonas da vida nacional (no que respeita à Reforma Agrária, no que respeita ao capital privado, no que respeita à política externa, no que respeita às autarquias, no que respeita ao grupo divisionista e provocatório da UGT) são verdades que não podem ser escamoteadas, de que todos os portugueses, de que todos os democratas, a começar pelos socialistas, têm de tomar plena consciência, para avaliarem devidamente a situação actual e para poderem também avaliar das perspectivas do futuro.

Em todos os momentos críticos Mário Soares intervém na vida política lançando bolas de salvação às forças reacçãoárias em risco de se afundarem.

O acordo com a «AD» para a revisão da Constituição e os votos do PS na Assembleia da República culminam todo esse processo de deslocação para a direita e da degradação política do PS, sob a direcção do seu secretário-geral.

Neste momento capital da democracia, o PS que, como partido democrático, tinha a obrigação de defender as linhas de defesa do regime democrático, entrou em conluio com o inimigo e ajudou-o a romper uma linha fundamental de defesa que é a Constituição da República.

Tudo indica que essa aliança vergonhosa do PS com a «AD» se prepara para continuar. Para aprovar em conjunto com a «AD» as novas leis de Defesa Nacional, das Forças Armadas, do Tribunal Constitucional. Para aprovar em conjunto com a «AD» uma nova lei de «delimitação de sectores», nova machadada nas nacionalizações. Para aprovar em conjunto com a «AD» a lei antidemocrática para as eleições das autarquias, voltando ela à Assembleia, se o Presidente da República concretizar o seu voto.

Se se classificassem o PS e os socialistas pelas decisões e actuações impostas pelo seu secretário-geral, não se poderia considerar o PS, não só como um partido socialista, mas como um partido democrático.

Procedimentos semelhantes também se verificam a nível local. Está aqui alguém dos Transportes Urbanos de Braga? O que se passou na eleição da Comissão de Trabalhadores? E verdade que os homens do PS que têm a gestão, (de parceria com o CDS e o PSD) anularam um acto eleitoral por ter vencido uma lista unitária? Se assim é, certamente ninguém pode considerar tal procedimento digno de democratas.

Apesar, porém, de posições oficiais do PS, e de casos locais como o que acabo de referir, nós continuamos entretanto a considerar o PS como um partido democrático, porque numerosos dos seus militantes mais destacados a nível nacional, regional e local, estão em profundo desacordo com a actuação do seu secretário-geral e com as posições oficiais do seu Partido, porque por toda a parte conhecemos socialistas que se pronunciam contra a aliança com a «AD» e pela acção comum com os comunistas, porque estamos conscientes de que a maioria esmagadora dos seus membros e dos seus eleitores são democratas.

Por isso, quando insistimos na necessidade da unidade de todos os democratas, insistimos na unidade dos comunistas e socialistas, não para dar muletas à «AD», mas para combatê-la, unidade para defender os interesses, direitos e liberdades dos trabalhadores, unidade para defender o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril.

E uma evidência que, na situação actual, com o PS comprometido com a «AD» até à raiz dos cabelos, com o PS dividido, desagrado, desacreditado e em grande parte desmobilizado, seria um logro pensar que o PS pode vir a ter um papel determinante para fazer frente à reacção, derrotar a «AD», assegurar a defesa e prosseguimento do regime democrático, garantir por si uma alternativa democrática ou mesmo ser a tão apregoada «chameira» na democracia portuguesa.

E uma realidade que uma grande parte do que era a base de apoio social, político e eleitoral da «AD» e do PS deixou de o ser e representa

presentemente um largo terreno vazio que pode vir a ser ocupado por outras forças políticas, existentes ou a formar.

E outra realidade que os democratas independentes tem uma intervenção cada vez mais importante na vida política e que existem numerosos embriões com potencialidades de formação e desenvolvimento de novos partidos políticos.

De qualquer forma os acontecimentos mostram, que a força política e social fundamental, determinante para a defesa e continuação da democracia, para o prosseguimento do Portugal de Abril, é o movimen-

to operário e popular, com as suas poderosas organizações sindicais com as suas poderosas organizações e movimentos de massas, com democratas de vários quadrantes, e também (e essa é uma verdade que se revela hoje pelos olhos dentro de quem queira ver) com o partido que se revela como o único grande partido que luta consequente e infatigavelmente em defesa dos interesses do povo e da Pátria, como o único grande partido que está em condições de contribuir de forma decisiva para a solução dos grandes problemas nacionais — o Partido Comunista Português.

Preparar a vitória APU nas eleições para as autarquias

Nós continuamos a lutar para que sejam tomadas medidas de fundo necessárias para impedir que a «AD» leve por diante o seu golpe de Estado.

Não consideramos excluído (e lutamos por isso), que nos tempos próximos, antes das previstas eleições para as autarquias no mês de Dezembro, haja sérias alterações na situação política.

De qualquer forma, as eleições para as autarquias têm extraordinária importância na vida nacional.

Pelo que significam para o Poder Local. E pelo que significam para a situação política em geral.

Para o Poder Local significam uma grande batalha em defesa do Poder Local democrático, de forma a combater a gestão antidemocrática e corrupta das Câmaras e Juntas da maioria «AD» e a obrigar e reforçar a gestão democrática nas autarquias.

Os «fumos da corrupção» que já hoje aqui referimos quanto à acção governativa empestam também o ar nas autarquias de maioria «AD».

Os exemplos saltam por todo o lado.

Recentemente, em Lisboa, num cambalacho gigantesco, o Abecassis entregou a uma única empresa de capitalistas associados 300 ha (ou seja 3 milhões de metros quadrados) ao preço de 1700\$000 o metro quadrado, quando o metro quadrado na área vale de 10 a 15 contos. Ou seja: esses capitalistas recebem por 5 milhões de contos terrenos cujo valor avaliado seria de 30 a 45 milhões de contos!

E aqui pelo Minho, como se passam as coisas? O que tem sido a administração municipal «AD»?

Por exemplo: o que se passa em Vila Nova de Famalicão? A quanto sobem as dívidas da Câmara contraladas pela «AD»?

Segundo as nossas informações, as dívidas da Câmara «AD» ao serviço de grandes empreiteiros, ultrapassaram 500 mil contos, sendo pagos em consequência cerca de 100 mil contos anuais de juros.

E o que se passa em Arcos de Valdevez?

Tomou a Câmara «AD» qualquer medida para evitar a poluição das águas do rio Vez pelos esgotos das oficinas de camionetas do Salvador Alves Lima? Não. O Salvador é grande capitalista, é cacique «AD». Por isso a Câmara lhe permite poluir completamente as águas.

Segundo as informações que possuímos foi fechado o posto de abastecimento de água à população e assim a população paga bem caro a protecção que a Câmara «AD» dá às irregularidades contra a saúde pública dos grandes industriais seus protegidos. Com «luvas» ou sem «luvas»?

A gestão «AD» nas autarquias é uma longa história de abusos, de irregularidades, de compadrios, de aboamentos, de negociações. Há que lutar firmemente para tirar à «AD» a maioria das Câmaras e Juntas.

Um acordo do PCP com o PS para as eleições autárquicas poderia assegurar, sem grande dificuldade, que em numerosas Câmaras Municipais a «AD» perdesse a maioria e passasse a haver uma gestão democrática.

Basta dizer que, se se repetissem as votações das últimas eleições para as autarquias, desde logo, em 29 importantes Câmaras Municipais — terras tão importantes como Guimarães, Baião, Gondomar, Maia, St. Tirso, Valongo, Vila Nova de Gaia, Espinho, St. Comba Dão, Fundão, Belmonte, Manteigas, Colmbra, Lousã, Peniche, Alcarença, Torres Novas, Cadaval, Mafra, Lisboa, Oeiras, Sintra, Portalegre, Elvas, Sousel, Mourão, Ourique, Faro, Albufeira — em todas estas terras, um acordo PCP-PS — APU-PS, garantiria a derrota da «AD» e a vitória democrática.

Há alguns meses (em Abril) propusemos formalmente ao PS o exame de tal possibilidade. Mas Mário Soares preferiu o colaboracionismo com a «AD» e proibiu ao seu partido quaisquer contactos com o PCP para esse ou outro efeito.

Alguns falam já também em possíveis alianças do PS com a «AD» nas eleições autárquicas. O secretário-geral do PSD, o sr. Capucho, diz mesmo que estão entabuladas negociações com o PS para acordos eleitorais com vista a afastar a APU das autarquias onde tem maioria.

Não sabemos se mais essa vergonhosa coligação ou aliança se vai concretizar. Mas, se assim for, tal coligação ou aliança sem princípios sofrerá novas derrotas, como sofreu em Évora e em Loures, onde... a maioria APU saiu reforçada.

A concorrência democrática às eleições autárquicas tem de ser considerada tal como a situação se apresenta.

Não é o PS, aliado à «AD», comprometido na revisão constitucional, dividido, desprestigiado, que está em condições de ser a alternativa à gestão municipal da «AD».

Toda a prática do PS torna irrisórias quaisquer ideias do «voto útil» no PS.

Nos estamos dispostos a entendermo-nos regional e localmente com socialistas. Saudamos calorosamente aqueles muitos socialistas, muitos dos quais eleitos em 1979 nas listas do seu partido, que em Dezembro aparecerão nas listas APU — larga coligação, não apenas do PCP-MDP (como está confirmado entre os dois partidos) mas também de democratas independentes das mais variadas tendências.

Nas condições políticas actuais o único voto seguro contra a «AD», contra a reacção, será o voto no PCP, será o voto na APU. Por isso os resultados a alcançar com as eleições para as autarquias são fundamentalmente:

- 1.º — manter e reforçar, as posições do PCP e da APU em todas as autarquias onde tem a maioria;
- 2.º — ganhar novas presidências e novas maiorias;
- 3.º — aumentar o número de votos e de eleitos APU.

Não há que perder tempo. Há que trabalhar desde já com entusias-

mo para que estes objectivos sejam alcançados. Sabe-se que a «AD», com a abstenção dos deputados do PS fez aprovar na Assembleia da República uma lei anticonstitucional e antidemocrática para as eleições das autarquias.

O nosso Partido naturalmente votou contra. O PS absteve-se.

E o que diz agora o secretário de Estado do MAI? Diz que o PCP está contra tal lei porque «é muito difícil a participação eleitoral dos cidadãos portugueses» (DN, 20.8.82).

Este senhor (como é hábito, na «AD») sabe que mente com quantos dentes tem na boca.

O que o PCP quer dificultar e mesmo impedir totalmente, são as trampolinadas, burlas e as falsificações eleitorais que a «AD» se prepara para realizar ao abrigo das novas disposições dessa lei antidemocrática.

O que o PCP quer dificultar e mesmo impedir totalmente é que, ao abrigo duma nova lei «AD» e de «urnas itinerantes», as urnas de votos andem pelas mãos da «AD» a correr asilos, conventos, orfanatos, hospitais e outras instituições, enchendo-se de votos de gente obrigada a votar na «AD», ou de gente já morta, ou mesmo inexistente.

O que o PCP quer dificultar e mesmo impedir totalmente, é que ao abrigo duma nova lei «AD» e do alargamento do «voto acompanhado» se multipliquem os casos em que os eleitores sejam conduzidos até às urnas por caciques reacçãoários que acabem por controlar, coaccionar e determinar o voto do eleitor acompanhado.

O que o PCP quer dificultar e mesmo impedir totalmente é que, ao abrigo duma nova lei «AD», as eleições percam grande parte do seu carácter democrático, se insinuem processos de fraude e de burla — do processo e do acto eleitoral, e as eleições venham de novo a transformar-se em verdadeiras farsas tal como eram no tempo da ditadura fascista, na qual foram educados e fizeram carreira os mais destacados dirigentes da «AD».

Por isso há que reclamar que as eleições para as autarquias se façam não com esta nova e escandalosa lei da «AD», que aliás ainda não foi promulgada, mas com a lei eleitoral em vigor e em condições democráticas.

As eleições deste ano para as autarquias são uma importante batalha relativamente ao Poder Local.

Mas são também uma importante batalha relativamente à situação política nacional, independentemente de outros acontecimentos que se venham a verificar até lá.

De qualquer forma, as eleições para as autarquias terão profundas repercussões em toda a vida política nacional.

Também a este respeito interessa considerar quais são os resultados essenciais na política geral do País que os democratas necessitam de alcançar. É um factor que acabará por ser decisivo para a defesa da democracia será o reforço do PCP e da APU.

E nesta direcção que temos de trabalhar porque é a única que, nas condições actuais, defende o Poder Local democrático e o Portugal de Abril em que o povo quer trabalhar e viver.

Com o povo em massa a luta continua

Eu estou aqui a falar na grande batalha política que serão as eleições para as autarquias.

Mas isto não significa que até lá não haja outras grandes batalhas do nosso povo. Não significa que até lá não haja importantes acontecimentos políticos que modifiquem a situação.

Anteontem, falando pela TV, Balsemão afirmou estar preparado para governar os 4 anos.

O povo português continuará porém a lutar pela sua demissão o mais rapidamente possível. E se fosse o povo a decidir da demissão do governo «AD» este não governaria nem os 4 anos, nem 4 meses, nem 4 semanas, nem sequer 4 dias. Iria já para a rua conforme há muito o povo reclama.

O povo português continuará a lutar para que, ainda antes das eleições autárquicas, o governo «AD» seja demitido, a Assembleia da República seja dissolvida e sejam convocadas eleições antecipadas.

Há condições e há força para continuar essa luta e alcançar esses objectivos, porque o povo em massa está contra a «AD», porque Portugal está com o 25 de Abril.

Existem imensas e inesgotáveis potencialidades de luta que resultam da generalização do descontentamento e da indignação populares contra a política da «AD», e da existência dum poderosíssimo movimento popular operário e popular, com numerosas organizações e movimentos unitários de massas, com extraordinária influência e capacidade de mobilização, a começar pelo movimento sindical organizado em torno da gloriosa CGTP-IM.

Monopolizando a Televisão, a Rádio, jornais estatizados, os chefes da «AD», procuram aparentar força e confiança.

Na verdade estão cheios de medo.

Estão tão cheios de medo que depois das mais abjectas campanhas e ofensas que fizeram contra o Presidente da República, vêm agora proclamar que estão prontos a fazer as pazes e a entender-se com o Presidente.

Estão cheios de medo porque sabem perfeitissimamente que a sua base de apoio diminui dia a dia e olhos vistos e porque sabem que bastariam dois piparotes constitucionais e legais do Presidente da República para atirar a «AD» abaixo sem apelo nem agrav.

Há ainda certamente quem apoie a «AD». Grandes capitalistas, latifundiários, senhorios ricos, grandes armazenistas, especuladores, protegidos e afilhados, fanáticos do fascismo e cães de fila.

Há também ainda certamente muita gente enganada. Mas há cada vez mais gente desenganada porque muitos dos que acreditaram na «AD» quando tinham os olhos fechados, já hoje não acreditam porque a vida lhes abriu os olhos.

Toda a evolução da situação nacional, e em particular as mais variadas lutas de Norte a Sul do País ao longo do ano corrente, está mostrando que o povo em massa está contra a «AD».

Os trabalhadores estão contra a «AD» porque o governo «AD» é o responsável directo pela congelação da contratação colectiva e anima e protege o patronato que (como sucede aqui na têxtil) boicota as negociações, falta às reuniões e procura beneficiar da portaria de extensão do CCT (assinado pelos amarelos da Sindetex) que retira aos trabalhadores dezenas de benefícios sociais.

Os trabalhadores estão contra a «AD», porque o governo «AD» é o principal responsável pelos atrasos no pagamento dos salários em centenas de empresas, pela generalização dos contratos a prazo, que chegam a ser impostos a trabalhadores que têm anos e anos de casa, pelo desemprego e os despedimentos, pela liquidação de numerosos benefícios sociais, pelo não pagamento do 13.º mês e do subsídio de férias e pela repressão patronal nas empresas à moda do tempo do fascismo.

E os reformados? e os deficientes? uns e outros condenados pelo governo «AD» a uma miséria cada vez mais magra? O ambiente geral é de revolta contra a «AD» e de exigência de que a «AD» vá para a rua. E os agricultores?

É certo que, uma grande parte se deixou enganar pelos caciques locais.

Mas a situação tem mudado em vastas zonas do País, mesmo em algumas que a reacção tem conseguido dominar, os pequenos e médios agricultores estão em massa contra o governo «AD».

Estão contra o governo «AD» porque o governo «AD» — impondo preços não compensadores ao produtor, dificultando e encarecendo o crédito, não assegurando o escoamento dos produtos, elevando brutalmente o preço dos adubos (agora mais 45%), das rações, do gás-óleo e de outros «factores de produção» aumentando os preços das vacinas, lançando novas taxas, recusando-se a pagar os subsídios da geada negra e do gás-óleo, preparando-se para expulsar os rendeiros das terras e para roubar os baldios aos povos — o governo «AD» é o directo responsável pela situação afiliva na agricultura, pelo abandono a que são votados os que trabalham a terra, pela ruína que afunda milhares e milhares de pequenos e médios agricultores — proprietários, rendeiros e parceiros.

E os pequenos e médios comerciantes e industriais? Estão contentes com a crise? Estão contentes com as restrições e o preço do crédito? Estão contentes com a redução do mercado interno em virtude da diminuição do poder de compra dos trabalhadores? Estão contentes com o decreto das rendas? Não, não estão nem podem estar.

E as mulheres, cada vez mais discriminadas, perseguidas, ganhando salários de miséria, lançadas ao desemprego?

E os jovens, com dificuldades crescentes de emprego, segregados das escolas, sem perspectivas claras de futuro?

E os intelectuais, expulsados e amaldiçoados pela «AD» em virtude da sua intervenção esclarecida e criativa na vida nacional?

Nós saudamos as mulheres trabalhadoras, as operárias têxteis e as mulheres em geral pelo papel cada vez mais activo e corajoso que assumem na luta do nosso povo.

Saudamos os jovens, que aqui, no Minho, constituem fonte essencial de energia combativa e dos quadros do movimento operário e popular.

Saudamos os intelectuais que aqui no Minho, têm altas tradições de luta antifascista que continuam a manter após o 25 de Abril.

O povo em massa está contra a «AD». E se o povo se une, se organiza e luta com determinação, coragem e confiança, a «AD» como uma fera que se vê perdida, poderá resistir, ameaçar e morder, mas acabará por ir abaixo, acabará por ir para a rua.

O caminho que temos por diante é o caminho da luta. E com a luta, venceremos as dificuldades actuais, salvaremos o Portugal de Abril e resolveremos, com um governo democrático e uma política democrática, os grandes e graves problemas nacionais assegurando ao povo português trabalho, bem-estar, liberdade, independência e paz.

PCP

PCP e PAIGC reforçam laços de amizade e solidariedade



Uma assistência entusiástica vitoreou a amizade PCP PAIGC

No quadro das relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PAIGC, esteve de visita a Portugal nos primeiros dias de Setembro uma delegação do PAIGC composta pelos camaradas Vasco Cabral, membro do Bureau Político e Secretário Permanente do Comité Central do PAIGC e membro do Conselho de Ministros da República da Guiné-Bissau, e Adriano Gomes Ferreira, membro suplente do Comité Central e Secretário-Geral adjunto da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC).

No dia 2 de Setembro o camarada Vasco Cabral foi recebido pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

A delegação do PAIGC encontrou-se também com as camaradas Carlos Costa e Blanqui Teixeira, membros da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes membro do Comité Central.

Nos encontros realizados procedeu-se a uma troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos e sobre questões de actualidade internacional. Foi reafirmada a vontade de estreitar os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem o PCP e o PAIGC.

A delegação do PAIGC contactou directamente com a actividade do PCP em diferentes domínios. Encontrou-se desig-

nadamente com delegações das Direcções Regionais do PCP de Lisboa e Alentejo e da Juventude Comunista Portuguesa. Visitou a Cooperativa Tepclima, a Câmara Municipal de Évora e a UCP/Cooperativa "1.º de Maio". No dia 3 de Setembro teve lugar em Évora um Comité de Amizade PCP/PAIGC em que usaram da palavra Álvaro Cunhal e Vasco Cabral.

Por toda a parte a delegação do PAIGC foi recebida com calorosa e fraternal amizade.

Comício de Amizade em Évora

Milhares de pessoas encheram o recinto do pavilhão do

Rossio de S. Brás, em Évora, na passada sexta-feira, para participarem no Comício de Amizade PCP-PAIGC, que culminou a visita da delegação do PAIGC.

Presentes na mesa do comício muitas representações do Partido e dos trabalhadores da região, nomeadamente da DORA do PCP, Comissões Distritais de Évora, Beja e Portalegre, Comissão Concelhia de Évora, Comissões de Freguesia de Boa Fé, Torre de Coelhoos, S. Manços, Graça do Divor e Nossa Senhora do Machede, células da CUOP, Hospital de Évora, da Administração Local e da Siemens, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora e União dos Sindicatos de Évora.

Presentes igualmente, além dos camaradas Vasco Cabral e Álvaro Cunhal, os camaradas Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC do PCP e da DORA, António Murteira, do CC do PCP e da DORA, Rogério Arraiolos, José Luis, Diamantino Dias, António Casmarinha e José Rita, todos membros suplentes do CC do PCP e da DORA, e ainda o presidente da Câmara Municipal de Évora, camarada Abílio Fernandes.

Bernardina Sebastião, membro da DORA e da Comissão Distrital de Beja do PCP, faria uma intervenção inicial, antecedendo os discursos dos camaradas Vasco Cabral e Álvaro Cunhal, de que junto publicamos largos extractos.

Após saudar a delegação do PAIGC, a sua heróica luta como vanguarda do povo da Guiné-Bissau contra o colonialismo, e a amizade entre os dois Partidos forjada "nas duras batalhas que em comum travámos contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo", a camarada Bernardina Sebastião falaria da Reforma Agrária, seus êxitos, lutas e dificuldades geradas pelos ataques conduzidos por sucessivos governos reaccionários e ainda do Poder Local democrático que "aqui no Alentejo, onde o povo elegeu maioritariamente os comunistas e seus aliados para os órgãos autárquicos", fez avançar "decididamente na resolução dos problemas seculares das populações".

Discurso de Vasco Cabral

«É para mim, na qualidade de Secretário Permanente do Comité Central do PAIGC, motivo de profunda satisfação o poder encontrar-me hoje aqui nesta terra, de tão ricas tradições de luta, para, em nome do PAIGC, da sua Direcção e dos seus militantes, assim como em nome do nosso povo, na Guiné-Bissau, vos trazer as calorosas e fraternas saudações de amizade do nosso Partido e do nosso povo».

Relações sólidas e sãs

Querida, antes de mais, agradecer a Direcção do PCP e, em particular, ao camarada Álvaro Cunhal e à Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, a forma como fomos recebidos e como temos sido tratados durante a nossa curta permanência em Lisboa e nesta Região, no quadro do programa da nossa visita. O ambiente de amizade e de sã camaradagem que nos tem envolvido é bem o testemunho das excelentes relações que existem entre o PAIGC e o PCP, que devemos desenvolver e consolidar no futuro. Essas boas relações não são o fruto do acaso, nem o resultado de circunstâncias ocasionais. Elas têm raízes profundas, que existem de longa data. Elas vêm do tempo da luta comum e difícil que travaram os primeiros militantes das organizações unitárias clandestinas africanas que existiam aqui em Portugal contra o colonialismo e o fascismo português, e que foi depois continuada pelas organizações de vanguarda dos povos das antigas colónias portuguesas — o PAIGC, o MPLA, a Frelimo e o MLSTP — lado a lado com as organizações democráticas, antifascistas e anticolonialistas portuguesas, à cabeça das quais se situava o PCP. No decurso dessa luta comum estabeleceram-se laços sólidos de confiança, de amizade, de camaradagem e relações políticas e humanas que se traduziram em actos concretos de solidariedade activa e combativa, pois que nos encontrávamos na mesma trincheira de luta contra o inimigo comum — o fascismo, o colonialismo, o racismo, o imperialismo — e estávamos imbuídos pelos mesmos sentimentos militantes, lutando para que fossem satisfeitas aspirações idênticas dos nossos povos respectivos — a liberdade, a independência, a paz e o progresso.

As relações sólidas e sãs, baseadas nos princípios de solidariedade recíproca e de ajuda mútua, de respeito mútuo, de independência de pensamento e acção, mas impregnadas de franqueza, de amizade e camaradagem, que se estabeleceram entre o PAIGC, o MPLA, a Frelimo e o MLSTP e as organizações antifascistas portuguesas, com especial relevo do PCP, são pois um fruto político histórico incontestável e por isso não só o não podemos esquecer como também nos parece ser uma obrigação salientá-lo. A ajuda moral, política e algumas vezes material que recebemos das camaradas do PCP, sobretudo durante o período mais difícil da nossa luta, a fase da luta armada de libertação nacional, foi preciosa e reveste-se de grande significado tanto para os militantes e combatentes do PAIGC como para o nosso povo. Mas nós sabemos e estamos conscientes do facto de que essa ajuda representava muitas vezes riscos e até sacrifícios consentidos para muitos camaradas do PCP, sobretudo se tivémos em linha de conta as duras condições de clandestinidade em que o PCP vivia, sob o perigo constante das prisões e das torturas e da brutal e criminosa repressão do fascismo de Salazar e Caetano. Sabemos e estamos conscientes de que essa atitude corajosa de amizade e de solidariedade resultava da prática de um dos princípios essenciais que sempre guiou o nosso Partido — o do internacionalismo proletário.

Não queremos deixar de lembrar neste momento dois aspectos significativos e importantes em que se inscreveram as boas relações que existiam entre as nossas respectivas organizações. Um, é o facto de que aqui, em solo português, ao lado do povo português, participámos também convosco em muitas lutas antifascistas, defendendo os interesses do vosso povo com o mesmo entusiasmo com que defendíamos os dos nossos próprios povos. Nesse sentido, é por exemplo conhecida a participação pessoal nalgumas dessas lutas do querido fundador do nosso Partido e das nossas nacionalidades na Guiné e em Cabo Verde, o camarada Amílcar Cabral, e do camarada Agostinho Neto, o inesquecível e prestigioso líder do MPLA e do povo angolano.

Um outro aspecto foi a ajuda preciosa que o Partido Comunista Português concretamente prestou ao PAIGC e ao MPLA, organizando e criando as condições para que Agostinho Neto e eu próprio, em 30 de Junho de 1962 (se a memória não me falha), pudéssemos fugir em conjunto de Portugal, para nos juntarmos às nossas respectivas organizações de luta e prosseguir assim, como era nosso dever, numa luta sem tréguas contra o colonialismo e o imperialismo. Essa fuga, que se fez por barco, na qual participaram pessoalmente destacados dirigentes do PCP, como o camarada Jaime Serra, teve os seus momentos ariscos e difíceis. Ela significou uma importante vitória comum, simultaneamente contra o colonialismo e contra o fascismo português. No meu caso concreto, não posso nunca esquecer, nem o PAIGC, a importante ajuda que significou para o nosso povo o ter sido possível conservar-me cá em Portugal na clandestinidade durante cerca de um ano, para escapar às garras da então famigerada PIDE-DGS, antes de fugir. Isso foi possível, camaradas e amigos, devido à ajuda fraternal que recebemos do Partido Comunista Português, que era indiscutivelmente a única organização patriótica antifascista com experiência e estrutura que permitisse, nas duras condições do fascismo, que tal tarefa se realizasse com pleno êxito. O Partido Comunista Português também definiu sempre, de uma forma precisa e clara, concreta, desde os recuados tempos do fascismo, uma posição de incondicional apoio político à luta de libertação dos povos das antigas colónias portuguesas e às suas organizações dirigentes, durante o processo de transição que se verificou nalguns casos, e depois, já no período da total independência conquistada e na fase de reconstrução nacional, se veio a definir e materializar também de várias formas.

Internacionalismo

Caros camaradas e amigos:

O nosso saudosos líder e herói do nosso povo, o camarada Amílcar Cabral, dizia que uma das virtudes do revolucionário é a de não ter medo de dizer a verdade e que a outra é a qualidade de sermos fiéis aos nossos verdadeiros amigos. A luta árdua e difícil cheia de sacrifícios que o nosso povo teve de consentir e que sob a direcção do nosso Partido, o PAIGC, permitiu libertar-nos do jugo e exploração coloniais, após 11 anos de luta armada, ensinou-nos quem são os nossos verdadeiros amigos, quem são os falsos amigos e quem são os nossos inimigos. É nas horas mais difíceis, nos momentos mais penosos, que se conhecem os amigos. Foi em tais circunstâncias, nas ocasiões em que a nossa luta ainda não era senão uma perspectiva longínqua de um futuro de paz e de progresso para o nosso povo, em que tivemos de preparar o nosso espírito para a ideia de uma luta de longa resistência, que recebemos a inestimável ajuda dos países irmãos africanos, dos países do campo socialista, nossos aliados naturais pelas suas claras opções anticolonialistas e anti-imperialistas, e destes em particular a União Soviética, da República Socialista de Cuba e da República Democrática Alemã, de vários Partidos e organizações progressistas e de vanguarda, com particular relevância do PCP, em Portugal (...).

Continuaremos, como sempre, a assumir nas arenas internacionais as nossas responsabilidades, com tomadas de posição claras e inequívocas, não só em defesa dos legítimos interesses do nosso povo mas também dos interesses da humanidade progressista, e ao serviço da compreensão e do entendimento entre os povos, da paz e do progresso. E é assim que continuamos firmemente a solidarizarmo-nos com a

justa causa dos nossos irmãos e companheiros de luta da África Austral, sobretudo da Namíbia e da África do Sul que sobre a direcção da SWAPO e da ANC travam uma dura luta contra o odioso e brutal regime do *apartheid* que representa não só uma ameaça mas mesmo um perigo real para os povos da zona, para a paz e segurança na África e no Mundo, como já se torna bem claro com as constantes agressões recentemente perpetradas contra os povos irmãos de Angola e Moçambique. Condenamos energeticamente essas agressões e toda a espécie de acções e provocações que são levadas a cabo pela África do Sul contra os povos africanos irmãos da área.

O apoio incondicional à heróica luta do povo Saharaui sobre a direcção da Frente Polisário e o estreitamento das nossas relações a nível estatal com a República Árabe Saharaui Democrática continua a ser uma constante da política do nosso Partido e do nosso Estado. No Médio Oriente, apoiamos firme e incondicionalmente a justa causa do heróico e martirizado povo da Palestina e a sua Organização de vanguarda — a OLP — condenamos com veemência os crimes e a prática de genocídio recentemente levados a cabo no Líbano pelas forças de ocupação israelitas e mantemo-nos ao lado dos povos árabes e dos países árabes irmãos que lutam justa e corajosamente pela recuperação dos seus territórios abusiva e ilegalmente ocupados por Israel.

Na Ásia e América Latina, permanecemos solidários com todos os povos que através de partidos, frentes e organizações de luta se batem corajosamente contra o colonialismo, fascismo e o imperialismo. Tal é o caso do povo de Timor Leste. Sob a direcção da sua vanguarda revolucionária — a Fretilin. Tal é o caso dos povos de S. Salvador, da Nicarágua, do Chile e de Cuba que, por um lado, enfrentam a repressão e são vítimas da brutalidade fascista nuns casos e por outro lado sofrem o bloqueio económico, as acções de provocação e diversionismo do imperialismo e as suas ameaças, noutros casos. (...).

Reconstrução nacional

No combate sem tréguas contra o colonialismo, o imperialismo, o PAIGC junta as suas forças às das três grandes correntes revolucioná-



rias da nossa época: o socialismo, o movimento operário internacional e o movimento de libertação nacional.

Mas o PAIGC, força política dirigente da nossa sociedade na Guiné, único e legítimo representante do nosso povo, gozando de respeito, estima, e apreciação de toda a nossa população e dos patriotas da nossa terra, tem sobre os seus ombros a pesada responsabilidade de realizar na íntegra o seu programa que foi ainda elaborado em vida do nosso líder imortal, o camarada Amílcar Cabral, e sob a sua direcção.

É nesse sentido que, em conformidade com as orientações traçadas pelo nosso Partido, se processa a luta pela reconstrução nacional e pela construção de uma economia nacional independente. É nesse quadro que nos preparamos para realizar o nosso 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento 1983-1986, de acordo com o princípio de que a Planificação centralizada é a pedra angular do nosso desenvolvimento e um instrumento poderoso para criar melhores condições para a vida do nosso povo, principalmente em prol das camadas mais desfavorecidas da nossa população, que são os nossos trabalhadores. Sobre tudo, a partir da realização do 1.º Congresso Extraordinário do PAIGC, depois do 14 de Novembro de 1980, a actividade do nosso Partido recrudescerá, melhorou-se o recrutamento de quadros e criaram-se esquemas organizativos e estruturas que o têm vindo a fortalecer. Está-se alargando e consolidando o elo de ligação com os militantes e com as massas. Realizaram-se nitidos progressos no trabalho das organizações de massas — a Juventude Africana Amílcar Cabral, a Organização Nacional das Mulheres e a organização Sindical dos trabalhadores, a UNTG —, sob a impulsão e o controlo do nosso Partido. Aprofunda-se e melhora-se o trabalho político-ideológico no seio dos militantes, dos responsáveis e dos dirigentes e a educação política das massas (...).

O acontecimento histórico do 25 de Abril, a que esteve ligado o facto da luta vitoriosa dos nossos povos contra o colonialismo português, veio abrir novas e reais condições para o reforço dos laços de cooperação e amizade entre os povos respectivos e entre o PAIGC e o Partido Comunista Português e outras forças progressistas e democráticas, assim como também levou a boas relações entre os nossos Estados. Por essa e por outras razões de grande importância na nossa vida nacional e pelas suas repercussões nas relações internacionais, permitindo acabar em Portugal com o odioso regime fascista e criar novas condições para uma vida democrática do Povo português, nós saudamos tal acontecimento, desejando que se preservem as conquistas que ele trouxe ao vosso povo e em especial às camadas trabalhadoras do vosso país.

Desejamos por isso o melhor sucesso no trabalho patriótico que o vosso Partido, o Partido Comunista Português, leva a cabo no quadro da democracia e das conquistas de Abril em Portugal e de que, nesta região um dos exemplos vivos é o da Cooperativa "1.º de Maio, que tive o prazer de visitar, conscientes também de que, como no passado, continuaremos a trabalhar em conjunto, PAIGC e PCP, para o reforço das nossas relações partidárias, no interesse da luta anticolonialista, e anti-imperialista ao serviço da paz e do progresso dos nossos povos respectivos. (...)

(Subtítulos da responsabilidade da Redacção)

Discurso de Álvaro Cunhal

Temos hoje aqui connosco, neste comício de Amizade, lado a lado, e ombro com ombro com o nosso Partido, com o PCP, o camarada Vasco Cabral, secretário permanente do PAIGC, de Guiné-Bissau.

Os nossos calorosos aplausos, camaradas, traduzem bem os profundos sentimentos de amizade, fraternidade, solidariedade do nosso Partido, dos trabalhadores portugueses, para com o povo da Guiné-Bissau e para com o Partido que dirigiu a sua luta de libertação e que, conquistada a independência nacional, actualmente dirige a continuação de uma sociedade nova e progressista.

As forças reaccionárias de há muito tem desenvolvido as mais venenosas campanhas e intrigas contra as relações do nosso Partido com os partidos e movimentos que hoje dirigem os novos Estados constituídos nos países outrora submetidos ao colonialismo português.

Não o conseguiram nem o conseguirão. Essas relações traduzem no plano político a identidade de interesses e a amizade natural existente entre os povos e essa base é indestrutível.

Amizade com Guiné-Bissau

Não são de hoje, são de sempre, as relações entre os nossos dois partidos, entre o PCP e o PAIGC.

Os laços de amizade, cooperação, solidariedade recíproca formaram-se e ganharam solidez indestrutível na luta que travámos contra a ditadura fascista e contra o domínio colonial.

Nas perseguições, nas torturas, nas prisões, nas vidas perdidas de tantos e tantas dos nossos militantes.

Os laços existentes entre os nossos dois partidos adquiriram a mais elevada expressão quando a nossa luta, numa interajuda de significação histórica, culminou com a quase simultânea vitória do povo português contra o fascismo e do povo da Guiné-Bissau contra o colonialismo, com a quase simultânea conquista da democracia pelo povo português e da independência nacional pelo povo da Guiné-Bissau.

Depois do 25 de Abril, prosseguiram sempre essas relações fraternais.

Nós pedimos ao camarada Vasco Cabral para de volta à sua pátria, transmitir ao camarada secretário-geral Bernardo Vieira, à direcção do

O nosso Partido sempre se tem pronunciado pelo desenvolvimento das relações de Portugal com os novos Estados africanos independentes constituídos pelos povos outrora submetidos ao colonialismo português.

Consideramos de forma positiva os passos que se dêem no sentido desse desenvolvimento nos planos diplomático, económico, comercial, cultural e outros, uma vez que sejam observados princípios básicos das relações internacionais: igualdade, respeito pela independência e soberania nacionais, vantagens recíprocas, não intervenção nas questões internas.

Consideramos como um acontecimento significativo e uma grande vitória dos novos Estados africanos e do nosso povo e uma grande derrota política dos partidos da «AD» — que o governo «AD» tenha sido forçado a abandonar a sabotagem aberta e sistemática das relações com esses Estados e tenha sido forçado a tomar oficialmente atitudes no sentido do desenvolvimento das relações de cooperação.

Isto é uma coisa.

Outra é o nosso juízo acerca dos propósitos do governo «AD». Assim, se fala da África Austral, o objectivo estratégico da «AD» e da sua política é a nosso ver o derrubamento dos governos do Partido FRELIMO e do MPLA-PT, dos actuais regimes existentes nos dois Estados e a instauração de governos dóceis ao imperialismo.

E por isso, ao mesmo tempo que o governo «AD» dá em alguns casos passos concretos no sentido das relações interestaduais, não deixa por isso de apoiar ou ajudar directamente toda a espécie de organizações de conspiração antiangolana e anti-moçambicana, e não só consente como facilita a utilização do território português para o efeito.

E por isso, em esclarecedora confissão, os jornais da «AD» continuam a dar longas notícias e a elogiar os actos de terrorismo em Moçambique, e a fazer entrevistas, como agora sucedeu em Cascais, com contra-revolucionários ao serviço do imperialismo da chamada «Resistência Nacional Moçambicana» e o mesmo fazem em relação à invasão armada sul-africana em Angola e às actividades contra-revolucionárias da UNITA e da FNLA.

E por isso continuam a dar notícias da utilização livre do território nacional para o trânsito, as declarações públicas, as conspirações dos mercenários e contra-revolucionários moçambicanos e angolanos.

Nós defendemos consequentemente as relações de amizade e cooperação de Portugal com os Estados Africanos de língua portuguesa. E por isso reclamamos que a reacção portuguesa, a começar pela «AD», cesse todas as formas de apoio e ajuda à África do Sul e a contra-revolucionários desses Estados. E por isso reclamamos medidas imediatas para que cesse a utilização do território português pelo imperialismo e por grupos fantoches e mercenários, preparando provocações, agressões e actos de terrorismo contra esses Estados.

O imperialismo — o inimigo dos povos

Como os factos mostram cada dia o governo «AD» adoptou como a «prioridade das prioridades» da sua política externa, a subserviência ante o imperialismo em geral e ante o imperialismo norte-americano e o governo Reagan em particular.

E o que representa o imperialismo norte-americano e o governo Reagan no mundo? Qual a sua política? Qual a sua atitude em relação à luta libertadora dos povos? Qual a sua atitude em relação aos países que conquistam a independência e se decidem pela liberdade e o progresso social? Qual a sua política em relação às relações internacionais, à coexistência pacífica e à cooperação entre os povos?

Que ninguém duvide. O imperialismo, é o grande inimigo dos povos. E o imperialismo norte-americano, que hoje actua sob a direcção do governo Reagan, é o maior desses inimigos.

O imperialismo significa exploração dos trabalhadores, opressão e submissão dos povos e nações, liquidação ou deformação das liberdades, ditaduras reaccionárias ou paróias de democracia, oposição ao progresso social, ingerências, intervenções, agressões, manobras contra a paz e a segurança dos povos, ameaça de uma nova guerra — uma guerra nuclear que exterminaria a Humanidade.

Que ninguém duvide. O objectivo da política dos Estados Unidos na África Austral é a submissão dos povos que conquistaram a independência, é a liquidação dos regimes progressistas, designadamente em Angola e Moçambique, é o impedimento da independência da Namíbia, é o apoio aos racistas sul-africanos nas suas acções criminosas de tipo nazi.

Que ninguém duvide. Nesta situação o governo «AD» é um dócil pião do imperialismo norte-americano.

A invasão do Líbano — política de Reagan

A invasão do Líbano por Israel, com a inspiração, a cobertura diplomática e militar e o apoio directo dos Estados Unidos, a guerra despiada de destruição e massacre, o arrasamento de grande parte da capital libanesa, o assassinio em massa da população civil, tudo com o objectivo de exterminar o povo palestino e a sua heróica organização combatente — OLP — inscrevem-se como uma das mais repugnantes e ferozes agressões armadas dos tempos modernos.

Nos aqui expressamos a nossa total solidariedade ao povo do Líbano e ao povo palestino, aqui prestamos homenagem ao heroísmo dos combatentes palestinos da OLP — tendo à sua frente Yasser Arafat, e dos combatentes libaneses progressistas, entre os quais os nossos camaradas do PC Libanês e aqui certificamos a nossa profunda confiança em que a luta continua, em que o povo do Líbano, ao qual hoje é imposto pelos tanques israelitas um regime de fascista reconquistará a independência e a integridade territorial da sua pátria em que o povo palestino conseguirá finalmente a constituição dum Estado Palestino independente na sua terra pátria hoje liranizada e ensanguentada pela ferocidade dos sionistas.

A guerra do Líbano pôs uma vez mais a nu a verdadeira natureza do imperialismo e da política de Reagan, toda a falsidade das suas campanhas em torno dos direitos humanos, toda a sua hipocrisia nas relações internacionais, toda a sua política de agressão e de guerra.

A guerra do Líbano vem confirmar aos olhos do mundo quem está com os agressores e opressores e quem está com os povos em luta pelos seus direitos inalienáveis, quem faz a guerra e quem defende a paz.

A guerra do Líbano, como as agressões contra Moçambique e Angola põe em evidência a necessidade de estreitar os laços de cooperação e a luta comum de todas as forças anti-imperialistas, de reforçar mais e mais a solidariedade recíproca entre as grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo: a URSS e outros países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Pela nossa parte, nós, comunistas portugueses, seremos sempre fiéis a esses deveres de solidariedade, porque, assim como somos os mais firmes e coerentes patriotas, assim somos consequentes internacionalistas. (...)

A Reforma Agrária na defesa da democracia

Estamos aqui realizando este comício numa cidade e numa região violenta e cruelmente atingida pelas ofensivas contra-revolucionárias dos governos «AD».

As relações entre o nosso Partido e os partidos e movimentos dos países africanos de língua portuguesa nunca se contrapuseram ou opuseram às relações entre os Estados, antes sempre constituíram e continuam a constituir uma importante contribuição para o estabelecimento e desenvolvimento das relações interestaduais.

Trabalhadores

USP revela Números inquietantes sobre repressão

Com o objectivo de analisar e informar sobre a luta dos trabalhadores no distrito do Porto e o seu prosseguimento e intensificação contra uma acção patronal e uma política governamental que se interligam e completam num ataque sistemático aos mais legítimos direitos, interesses e liberdades dos trabalhadores, a União dos Sindicatos do Porto deu, na passada sexta-feira, uma conferência de imprensa.

Começando por caracterizar no geral a situação que se vive no País e considerando-a «uma situação geral de crise, da responsabilidade do governo «AD», que conduz o país à ruína», a USP denunciou a tentativa do Governo de liquidar o sector público e de reconstituir os monopólios, o constante e insuportável aumento dos preços e a degradação das condições de vida e a política fascizante do governo «AD» de que foi apontado como exemplo o que se está a passar com o inquérito sobre o 1.º de Maio.

A propósito da luta dos trabalhadores e da situação no distrito do Porto, a USP forneceu uma série de elementos, resultante de um balanço da situação

nos últimos três meses, no distrito do Porto, envolvendo 113 empresas e 54 400 trabalhadores.

Assim, lutando pelo pagamento de salários em atraso estão 7 380 trabalhadores de 25 empresas, nos últimos três meses, 828 trabalhadores de 7 empresas, foram vítimas de tentativas de despedimento já consumadas em consequência de falências decididas ou requeridas; 265 trabalhadores foram despedidos e existem tentativas para despedir mais 184, em 7 empresas (estes despedimentos são no essencial colectivos, embora existam casos de despedimentos individuais); aos trabalhadores contratados a prazo, cujo número atinge proporção alarmante, o patronato retira praticamente todos os direitos, impõe salários baixos inferiores aos mínimos estabelecidos legal e contratualmente, é-lhes frequentemente impedida a liberdade sindical em nove empresas, abrangendo 13 375 trabalhadores, 4 330 estão na situação de contratados a prazo (30 por cento). Na construção civil mais de 60 por cento dos trabalhadores estão nesta situação. Foram dados numerosos

exemplos de empresas com mais de 50 por cento de trabalhadores a prazo: Francor, Têxtil das Guardieiras, Ematêxtil, etc.

A violação de direitos contratuais e intensificação da exploração foi outro dos aspectos abordados: intensificação dos ritmos de trabalho, uso e abuso do trabalho extraordinário, institucionalização de prémios com o objectivo de eliminar direitos adquiridos e consagrados. Foram dados exemplos de empresas em que aumentam os horários de trabalho (Damião Alves Viana) em que aumentam o número de máquinas por trabalhador (Lionesa) em que não cumprem cláusulas do acordo de empresa (Siderurgia Nacional).

O impedimento da actividade sindical e repressão sobre os trabalhadores, dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de CTs, mereceu também denúncia: desde a violência dos despedimentos e da agressão até formas mais subtis de perseguição e discriminação que vão até à suspensão, o patronato utiliza todas as formas de repressão. O patronato tenta impedir o esclarecimento e informação dos trabalhadores, a realização de plenários, «reco-

re a todos os meios para desarticular a resistência e atacar a organização dos trabalhadores».

Uma lista de mais de 30 empresas, abrangendo 25 000 trabalhadores onde são referidos casos destes, foi fornecida na altura.

Os dirigentes da USP denunciaram ainda a inoperância dos tribunais e Inspeção de Trabalho e os «sérios e graves prejuízos que provoca a quem vive do seu trabalho».

Mas, como ali foi dito: «não fora a luta, a situação estaria ainda pior. A luta prosseguirá». De entre várias e significativas vitórias alcançadas pela luta dos trabalhadores foi realçada a dos trabalhadores dos STCP.

«Para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e alargados, para que se termine com a deterioração constante das condições de vida dos portugueses, para que se continue o caminho aberto com o 25 de Abril, de justiça social e futuro melhor, torna-se cada vez mais imperioso dar seguimento à exigência dos trabalhadores e da população de demissão do Governo, dissolução da AR e realização de eleições gerais».



Álvaro Cunhal e Vasco Cabral

Essa violência e crueldade não se verifica por acaso. Verifica-se porque aqui no Alentejo, os trabalhadores alcançaram, com a revolução portuguesa, vitórias históricas e imorredouras.

Estamos aqui realizando este comício numa cidade e numa região profundamente transformada pela revolução portuguesa, pela luta heróica, pelo trabalho, pelo espírito criativo do proletariado rural.

Estamos numa cidade e numa região onde, com a revolução, o nosso povo, com as suas organizações de classe, e com o nosso Partido, transformou as estruturas agrárias, a vida económica, a vida social, e melhorou radicalmente as suas condições de vida material e cultural.

Por isso os trabalhadores sentem na carne todo o significado da contra-revolução conduzida pela «AD».

Em relação à Reforma Agrária, o governo «AD» desenvolvendo a ofensiva que começou com os governos de Mário Soares, actua como um verdadeiro Estado Maior e Comando dum bando de salteadores ao serviço dos grandes latifundiários.

Não há legalidade, irregularidade, abuso do Poder, arbítrio, brutalidade, crime, que o governo «AD» não tenha cometido nas suas sucessivas ofensivas contra a Reforma Agrária.

Para o governo «AD» não há lei, nem legalidade, nem ordem a respeitar. Para o governo «AD» há apenas um objectivo a alcançar utilizando os processos mais abjectos: liquidar a Reforma Agrária, pilar da democracia, «a mais bela conquista da revolução», entregar as terras e os bens das UCPs/Cooperativas aos agrários, restaurar os latifúndios e o poder dos latifundiários.

Roubo de terras, roubo de gados, roubo de máquinas e alfaias, roubo de benfeitorias, roubo de colheitas, roubo de instalações, espancamentos, violências, brutalidades, baleamentos, assassinatos, vandalismos, terras abandonadas, colheitas destruídas, dezenas de milhares de desempregados — tal é a súpula da criminosa história da «política» da «AD» contra a Reforma Agrária.

E como não lhe chegam os métodos de destruição utilizados ao longo de vários anos, volta a determinar e a conceder reservas completamente legais — repetindo mesmo despachos que o STA anulou. Novas reservas somam-se a reservas, reservas para os grandes latifundiários — como no dia 19 de Agosto sucedeu em Montemor-o-Novo, com a entrega de terras ao grande agrário José Infante da Câmara. Promove melhorias e mais melhorias. Procede ilegalmente a «leilões de terras» das UCPs/Cooperativas. Insiste no pagamento das chamadas «dívidas das UCPs/Cooperativas ao Estado», quando o Estado deve às UCPs/Cooperativas mais do dobro daquilo que lhes exige.

E em relação aos pequenos e médios agricultores e à tão anunciada «distribuição de terras»?

Veja-se o que agora se passou em Viana do Alentejo.

Pequenos e médios agricultores que tinham recebido terras são agora notificados para abandonar essas terras porque há sobre elas novas reservas para entregar aos agrários, aos Sousa Cabrais, que ficarão com o latifúndio restaurado de mais de 2000 hectares.

São processos e decisões de autêntico banditismo, a partir do governo e do aparelho do Estado, processos e decisões que o povo nunca aceitará, nem suportará, nem reconhecerá.

O futuro pertence ao povo

Estamos numa cidade e numa região onde a combatividade, a consciência de classe e o heroísmo dos trabalhadores tem antigas e gloriosas tradições e onde, apesar da dureza dos golpes sofridos, a luta continua — e continuará até à vitória final.

Nós aqui saudamos a luta dos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária, assim como saudamos a luta que agora se trata pela nova tabela salarial.

O proletariado rural alentejano jamais se vergou nem vergará. Foi pela sua combatividade, organização e unidade que conseguiu essa extraordinária e exaltante realização que foi a Reforma Agrária.

Tão pouco hoje se verga ante as novas ofensivas do governo «AD».

O caminho da libertação dos trabalhadores é um caminho difícil e irregular. Exigiu e exigirá trabalho, sacrifícios e luta constante. Mas que ninguém deixe esmorecer a sua vontade combativa, porque é certo que a luta é difícil, mas é igualmente certo que a vitória será nossa.

As bases da nova sociedade democrática nos campos foram lançadas neste Alentejo heróico com a Reforma Agrária e as suas raízes são tão profundas e correspondem de tal forma às necessidades objectivas do desenvolvimento agrícola, económico e social, que nada as poderá destruir.

A Reforma Agrária acabará por vencer. (...)

Para uma esmagadora vitória no Alentejo

Aqui em Évora, o PS colheu já em eleições autárquicas, o amargo fruto da aliança que fez em 1978 com a direita para tirar a direcção da Câmara à APU, eleita pelo sufrágio popular nas eleições de 1976.

Provocaram a paralisação da Câmara. Provocaram novas eleições antes do fim do mandato.

E o que sucedeu?

Sucedeu que o PS perdeu mais de metade dos votos que tinha tido em 1976. Os seus comparsas reacçãoários no golpe reforçaram-se à custa do PS e a APU aumentou mais de 1000 votos, passou de 41 para 53% e, se antes tinha a maioria relativa, passou a ter a maioria absoluta.

Lição semelhante recebeu a aliança PS/AD numa manobra semelhante tentada em Loures em 1981. Também quiseram tirar à APU a Presidência da Câmara. Também sabotaram a gestão municipal. Também provocaram eleições.

E o que sucedeu?

O PS perdeu mais de 10 000 votos. A «AD» perdeu em números absolutos e em percentagem e a APU aumentou 24 000 votos, passou de 32 para 45% e manteve a Presidência e tornou a sua posição inabalável.

Se tivéssemos sido bem sucedidos o PS e a «AD» teriam lançado novas golpes contra as Câmaras APU. Mas perante estas estrondosas derrotas, arriaram caminho para evitar novos desaires.

E bom que o PS/Mário Soares não esqueça estas duas sérias lições da sua aliança com a reacção contra a gestão democrática da APU.

Creio, camaradas, que estareis de acordo comigo, se eu aqui disser que se nas próximas eleições para as autarquias o PS e a «AD» repetirem o mesmo esquema de aliança contra a APU receberão ainda lição mais clamorosa.

Creio que estareis de acordo se eu disser que, nas próximas eleições para as autarquias, a Câmara de Évora, pela sua gestão exemplar ao serviço do povo, da democracia, de Portugal, verá confirmada e reforçada a sua maioria.

E que em todo o Alentejo, as próximas eleições para as autarquias, confirmarão de forma esmagadora que o povo está com a APU na gestão municipal, que o povo está com as liberdades, que o povo está com a Reforma Agrária, que o povo está com Portugal de Abril e lutará, até ao máximo das suas forças e energias, para assegurar a sua defesa e o seu triunfo. (...)

Greve nacional na EDP

Aviso sério e fundamentado de 19 mil trabalhadores

Com incidência em toda a área de actuação da empresa, isto é o continente português, os cerca de 19 mil trabalhadores da EDP (Electricidade de Portugal) decidiram, através de um Plenário Nacional de Sindicatos, e após a realização de 120 plenários parcelares, entrar em greve por 24 horas em 14 de

maio — frisam as organizações representativas — «tem por objectivo forçar o Governo a recuar na sua tentativa de desmantelar esta empresa pública, formada em 1976, a partir da nacionalização do sector eléctrico, um dos sectores básicos da nossa economia».

O desmantelamento, que

O argumento das dívidas das autarquias à EDP para lhes entregar a distribuição da energia eléctrica é considerado falso pelos trabalhadores que vêem na tentativa do Governo, entre outras razões aduzíveis, «mais um campo aberto para manobras eleitoralistas, condenáveis em ano de eleições».

corrente. Em documento subscrito por Federações, Sindicatos e outras organizações representativas dos profissionais da empresa considera-se «previsível» que as 24 horas de paralisação venham «a afectar profundamente o normal funcionamento de energia eléctrica e gás de cidade. Assim a electricidade — precisa do documento — e o chamado gás de companhia poderão faltar em várias regiões do país. Apenas será assegurado o fornecimento de energia eléctrica (através da reparação das avarias) aos serviços essenciais». O recurso à greve nacio-

consistiria num processo a desenvolver pela «AD», faria voltar o sector eléctrico português às formas organizativas do regime fascista, em que a electrificação geral e global do país nunca se fez, ao mesmo tempo que se favoreciam clientelas políticas à custa do erário público.

No caso actual e como já foi divulgado, o Governo, mediante uma simples resolução (112/82, de 14 de Julho findo) permite que a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão deixe de ser feita como até agora pela EDP para ser concedida,

segundo o texto dos Sindicatos, «aos municípios, quer isoladamente, quer constituídos em associações ou empresas públicas. Legislação complementar já saída — acrescenta o documento distribuído em conferência de imprensa de 2 do corrente — nomeadamente a Lei 21/82, alarga a possibilidade de penetração dos interesses privados no sector».

Esses interesses figuram na Lei 21 como «produtores independentes».

A direcção da greve exigiu, pela sua importância e alcance, uma comissão coordenadora de luta. Formam-na a Comissão Intersindical, a Comissão de Trabalhadores e as Federações

publicamente os motivos da greve, consideram falsos e hipócritas os argumentos aduzidos pelo Governo «AD» para desmantelar a empresa, e asseguram que o que interessa ao Governo é a sua clientela de grandes capitalistas é entregar a estes tudo o que de lucro no sector eléctrico e na generalidade do sector empresarial, cumprindo mais uma vez a velha e mais que conhecida receita de apenas nacionalizar os prejuízos e entregar os lucros ao grande capital privado.

A greve da EDP marcada para 14 do corrente, terça-feira da próxima semana, foi decidida em Plenário Nacional de Sindi-

Formas de luta mais duras podem ser adoptadas; «caso o Governo não revogue a legislação já saída e suspenda outra que tem preparada», anuncia a comissão coordenadora de luta, mandatada pelas organizações representativas dos trabalhadores.

sindicais das Industriais Eléctricas (FSTIE) e Escritórios, Comércio e Serviços (FETESE).

Estas organizações representativas, que convocaram com mais seis a conferência de Imprensa do dia 2 e têm explicado

catos, em 30 de Agosto findo. Previamente, os cerca de 19 mil trabalhadores da empresa tinham discutido o assunto e aprovado aquela forma de luta em 120 plenários sectoriais realizados por todo o País.

Lutas

Companhia de Transportes Marítimos (CTM) — As organizações representativas dos trabalhadores da Companhia de

Transportes Marítimos (CTM), empresa do sector empresarial do Estado ameaçada de extinção, estão dispostas a activar a

realização de um plenário geral de trabalhadores da marinha mercante. A CTM foi declarada «em situação económica difícil» na sessão do Conselho de Ministros de 27 de Julho findo, pondo em risco de extinção mais de 1500 postos de trabalho.

greve, designadamente as de 2 horas por turno e por sector. A semelhança de muitas outras organizações sindicais em empresas e sectores, o plenário da SN que aprovou as paralisações protestou contra a revisão AD/PS da Constituição. A respectiva moção foi entregue na Presidência da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo, depois de aprovada por unanimidade e aclamação.

Hotel Baía — Ao prefazerem 34 dias de greve à porta das instalações desta unidade hoteleira de Cascais, os trabalhadores dirigiram um manifesto à opinião pública. Depois da concentração de sexta-feira passada junto à Presidência do Conselho de Ministros, defendendo o direito ao trabalho, nas condições de produtividade em que funcionava o hotel, os trabalhadores perguntam no manifesto se a lei da autogestão foi revogada. Como não foi, nem nenhum tribunal se pronunciou pela sua revogação, o manifesto reclama a reposição da legalidade e a anulação das medidas da Secretaria de Estado do Turismo, designadamente o envio de «gorilas» para o Hotel Baía de Cascais.

Hoteleria do Algarve — Depois de uma greve de 3 dias com boa adesão, o patronato da hoteleria do Algarve manifestou a intenção de iniciar as negociações para a actualização dos salários com os representantes dos trabalhadores.

Resolução da USL em plenário geral

● Aprovado regulamento do Congresso

A semelhança de outras importantes organizações do movimento sindical, a União dos Sindicatos de Lisboa prepara o próximo Congresso, previsto para meados de Novembro. Um plenário geral da USL aprovava entretanto uma resolução político-sindical onde nomeadamente se reafirma que «não será possível ultrapassar a gravíssima crise em que a «AD» colocou o País, não haverá paz social, não poderão abrandar os conflitos sociais, enquanto as mais importantes exigências dos trabalhadores não forem satisfeitas».

O plenário da USL, apelando ao máximo empenhamento na preparação do Encontro das Estruturas Representativas dos Trabalhadores das empresas em luta a realizar depois de amanhã, sábado, dia 11, na Voz do Operário em Lisboa, considerou francamente positivo o saldo das lutas travadas.

Numa manifestação de solidariedade e confiança, designadamente no que respeita às empresas em luta, o plenário distrital de sindicatos de Lisboa refere que «a «AD» não conseguiu enfraquecer o movimento sindical; não conseguiu destruir as estruturas dos trabalhadores nas empresas; não lhe foi possível alterar a lei dos sectores;

aniquilar o sector nacionalizado, nem destruir a Reforma Agrária; não conseguiu impor o tecto salarial, nem o pacote laboral ou as leis antitributadores de que fazia o seu ponto de honra».

No entanto, o plenário, que representava 26 organizações sindicais e cerca de 350 mil trabalhadores do distrito, reafirmava as exigências frequentemente repetidas pelo movimento sindical unitário e segundo as quais o Governo «AD» deve ser demitido, a Assembleia da Re-

pública dissolvida e realizadas eleições.

O plenário, que convida todos os demais trabalhadores a desenvolver cada vez mais os laços e os gestos solidários para com os companheiros em luta nas empresas e sectores, recorda que continua por divulgar «o relatório sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto e exige a imediata divulgação do relatório; a demissão do ministro da Administração Interna e a culpabilização dos responsáveis».

Vinham a público entretanto as datas prováveis para a realização dos Congressos sindicais da FSTRU (Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos) em Outubro próximo (23 e 24) e da Federação das Indústrias Química e Farmacéutica nos dias 30 e 31 do mesmo mês.

Além da resolução político-sindical, aprovada por unanimidade, o plenário da União dos Sindicatos de Lisboa, efectuado em 1 do corrente, «preparou as comemorações do 12.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, aprovou o regulamento e o orçamento do I Congresso da USL, bem como uma saudação ao Dia Mundial de Acção em Defesa da Paz».

Metalúrgicos de novo em luta

Após duas paralisações, em 22 e 23 de Julho findo, e tendo prosseguido em Agosto a sua luta contra a intransigência do patronato, que lhes pretende impor o tecto salarial «AD», os trabalhadores metalúrgicos, através das suas organizações representativas, designadamente a Federação sindical do sector, anunciavam para ontem, durante todo o dia, uma greve nacional.

São cerca de 150 mil trabalhadores de grandes e pequenas empresas que se recusam a aceitar aumentos salariais da ordem dos 19 por cento e exigem negociações directas de uma tabela salarial compatível, pelo menos, com o aumento do custo de vida.

Os sindicatos, que pretendem levar as associações patronais a rever o contrato colectivo vertical (CCTV), não fazem exigências incompatíveis com o estado da indústria metalúrgica e metalomecânica. Os próprios patrões reconheceram já que durante a vigência dos salários actuais a inflação atingiu os 25 por cento.

Os trabalhadores pretendem aumentos salariais mínimos, divididos por duas tabelas com 20 graus de remuneração, variando entre os 6050 e os 38 700 escudos.

A Federação sindical maioritária no sector recordava ainda recentemente que para o período em que vigorou o CCTV actual (um ano entre 1 de Setembro de 1981 e de 1982), embora

não existam ainda dados oficiais completos, «a inflação deverá ser sempre superior a 26 por cento». Tendo em conta os números já divulgados, que só não cobrem os meses de Julho a Agosto do ano corrente, e são oficiais, a inflação de 1981 foi de 20 por cento e a do ano corrente excederá os 26 por cento. Segundo a Federação, poderá mesmo atingir os 30 por cento, se tivéssemos em conta a recente desvalorização do escudo (cerca de 10 por cento, como se sabe).

A Comissão Negociadora Sindical não exige nada que os trabalhadores não tenham alcançado com a luta, já este ano e ainda há poucos meses, como aconteceu, por exemplo, nos transportes e designadamente nos STCP do Porto.

A necessidade de recorrer à greve deve-se à intransigência do patronato, que se encosta a uma política de confronto com os trabalhadores e as suas organizações de classe, como é a política da «AD».

Sábado, 11 Reunião das ORT's na Voz do Operário

Através da União dos Sindicatos do Distrito de Portalegre, uma comissão organizadora anuncia para depois de amanhã, sábado, dia 11 na Casa do Povo de Alter do Chão, com início às 10 horas, a realização do II Encontro dos Desempregados Agrícolas daquele distrito.

2.º Encontro de Desempregados

Como foi noticiado na nossa edição da semana passada, a União dos Sindicatos de Lisboa convocou para depois de amanhã, sábado, na Voz do Operário, em Lisboa, um encontro das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) das empresas em luta no distrito. Um dos objectivos do Encontro é a intensificação das acções de solidariedade entre todos os trabalhadores.

Internacional

Libano

Beirute foi uma etapa
a luta da OLP continua

Concretizada a evacuação da OLP de Beirute, dispersos os combatentes palestinos por vários países, imposto no Líbano um presidente fascista, os dirigentes sionistas de Israel teriam razões para se sentirem satisfeitos não fora a estrondosa derrota sofrida no plano político malgrado toda a sua supremacia militar.

A impressionante manifestação de apoio que envolveu o líder histórico da OLP na hora da partida desmentiu sem deixar lugar a dúvidas as acusações de Israel e dos seus lacaios libaneses que pretendiam fazer crer que a presença palestina no Líbano era uma ocupação.

A recepção dispensada a Yasser Arafat pelas mais altas autoridades gregas, com todas as honras de um chefe de Estado, mostram por si que a força das armas não foi suficiente para abalar o respeito internacional devido a um povo em luta pelo seu direito à pátria.

E se é certo que a escolha da Grécia (país não árabe)

como primeiro país para recolher o líder da OLP pode ser entendida como uma crítica a todos os regimes árabes pela passividade com que assistiram ao massacre no Líbano, a verdade é que a capacidade de manobra política da OLP está a abrir caminhos que muitos julgariam hoje fechados para sempre.

Recebido na Tunísia como um chefe de Estado — é neste país que ficará provisoriamente o quartel-general da OLP — tal como em Fez (Marrocos) onde se deslocou para participar na cimeira da Liga Árabe, Yasser Arafat está a demonstrar à comunidade internacional que a paz no Médio Oriente passa obrigatoriamente pelo

reconhecimento duma pátria para o povo palestino. De assinalar a propósito as fracas reacções árabes ao designado «plano Reagan», indicando que não serão tomadas posições oficiais antes de conhecida a opinião da OLP.

Sabe-se que os dirigentes palestinos estiveram reunidos em Tunes para apreciar o plano norte-americano e, embora nada tenha inspirado nem a questão feita parte da agenda da cimeira árabe, espera-se que a OLP torne pública a sua posição face àquele projecto no final da reunião de Fez.

Conhecidas são já as reacções dos dirigentes sionistas que se afirmam dispostos a prosseguir a implantação de novos colonatos nos territórios árabes ocupados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, contrariando assim aparentemente as propostas de Reagan. E diz-se aparentemente porque na realidade a política israelita e norte-americana

para o Médio Oriente não difere, sendo as alegadas divergências apenas mais uma manobra que visam melhorar a imagem da administração Reagan aos olhos da opinião pública internacional.

Que propõe Reagan afinal? O reconhecimento da OLP? A criação de um Estado palestino independente? Nada disso.

Apenas a criação naquelas regiões de uma administração palestina ligada à Jordânia, sob a capa de uma falsa autonomia. Nenhuma referência à OLP ou ao Estado palestino, apenas e ao de leve se fala dos palestinos «moderados», tal como Israel o faz. E como reagem os representantes de Reagan às afirmações de Israel quanto à implantação de novos colonatos? Condenam, criticam, ao menos? Também não. Consideram a medida anunciada «infeliz» e «inoporuna», como quem avisa que há que dar tempo ao tempo, deixar sarar algu-

mas feridas e enterrar os mortos antes de avançar.

As «divergências»

Falar de divergências entre os Estados Unidos e Israel só mesmo por judiaria... A própria imprensa norte-americana se encarrega de desmentir tais divergências. Ainda recentemente o jornal «Philadelphia Enquirer» revelava, com base em dados secretos do Ministério norte-americano da Defesa, que os EUA forneceram a Israel, durante o primeiro trimestre deste ano, armamento no valor de 217 milhões e 695 mil dólares.

Segundo o mesmo jornal, o montante é quase dez vezes superior ao fornecido em igual período de 1980 e 40 por cento mais do que o fornecido em igual período do ano passado.

E para que não subsistam dúvidas o jornal informa que em Maio, nas vésperas da agressão, o exército sionista recebeu 25 tanques «M-60»



A agressão sionista no Líbano, que conduziu à destruição quase total de Beirute e matou e desalojou muitas centenas de milhares de pessoas, em nada se distinguiu da barbárie nazi — mas a OLP não foi esmagada; entretanto os custos políticos deste holocausto saíram muito caros aos sionistas

e, em Junho, mais 15 do mesmo tipo para compensar as perdas sofridas durante os combates contra os patriotas libaneses e palestinos.

Finalmente, importa recordar que enquanto as atenções se centram nas «divergências» israelo-americanas e no «plano Reagan» (que pouco diferem do plano elaborado em tempos pelos sionistas que previa a introdução da «autonomia» administrativa para os habitantes dos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza), o exército israelita re-

força as suas posições no Líbano e sobe o tom das suas ameaças à Síria.

Entretanto no Líbano a situação continua tensa. A união das forças políticas do Norte anunciou no fim-de-semana a sua recusa em reconhecer Bashir Gemayel como presidente do país, considerando que «o novo regime é uma emanção da ocupação sionista».

Não comunicado divulgado após a reunião apela-se à resistência contra o carácter «fascista, partidário e confessional» que o regime de Gemayel quer impor no Lí-

bano, bem como à luta «pela libertação da ocupação israelita», advertindo-se sobre os perigos da «normalização das relações com o Estado judeu» e eventual assinalatura de um tratado de paz com Israel, em vez da evacuação incondicional do país.

Os principais dirigentes muçulmanos e do Movimento Nacional Libanês procuram entretanto chegar a acordo sobre uma plataforma comum de oposição ao governo que venha a ser formado pelo líder das milícias fascistas, Beshir Gemayel.

Gasoduto

Socialismo impõe-se
contra política irrealista

Muito se «aprende» com a televisão portuguesa (ou norte-americana?...!) Ainda há dias, um programa de serão, com forte presença da CIA (Carlucci lá estava, fazendo os seus comentários), veio até a nossas casas «ensinar» que — paralelamente a esse facto incontroverso da propaganda de cariz fascizante, de que «os russos estão em toda a parte», e que constituem o «perigo» que há que aniquilar — os soviéticos tinham razões de fundo para a prática de espionagem nos EUA (prática aliás muito facilitada, pois os americanos, na óptica da CIA, são todos compráveis... uma simples questão de quanto se oferece). E a grande razão era, nem mais nem menos, que o «roubo» de tecnologia. Necessidade imperiosa para a indústria soviética, pois tal tecnologia só se poderia desenvolver em regime de «livre empresa».

E agora? Como entender — face à propagandeada «incapacidade» congénita do socialismo de desenvolver de forma autónoma a sua ciência e a sua tecnologia — o que hoje está à vista de todos: uma guerra intestina no mundo capitalista pelo gás que deverá vir da União Soviética por um gasoduto gigante, produção soviética com colaboração ocidental? Como entender que face à recusa norte-americana (o velho pretexto das sanções, por causa da Polónia... ou do Afeganistão... ou de qualquer outra «boa» razão afim), a União Soviética mantém os seus compromissos, revelando uma capacidade científica, tecnológica, humana, organizativa, reconhecida mesmo pelo mundo do capital?

Socialismo prova
as suas capacidades

«Reactores de centrais nucleares de 1000 MW, simuladores espaciais, materiais compostos, computadores de terceira geração, centros de gestão automatizados (...)». Uma evidência: as capacidades da URSS de dominar as tecnologias de ponta são subestimadas — afirma-se na revista francesa «l'Usine Nouvelle», insuspeita de simpatia para com a União Soviética.

A construção do grande gasoduto Urengoi-Pomari-Ujgori

constitui de facto, para além de tudo o mais, numa prova das capacidades únicas do socialismo na nossa era da grande revolução científico-técnica.

Em síntese trata-se de colocar 4500 quilómetros de tubos de grande diâmetro e particularmente resistentes às grandes pressões, passando por terras eternamente geladas, pântanos, terrenos cultivados (onde o gasoduto deverá passar por baixo), cursos de água (32 rios no percurso), montanhas.

E tudo isto é feito a um ritmo impressionante: vinte quilómetros por dia. Ou seja, uma cadência de trabalhos cinco vezes mais rápida do que a praticada



Tal como noutros países da Europa capitalista, trabalhadores franceses manifestam-se contra as sanções dos EUA

na construção do gasoduto no Alasca.

O que corresponde a uma avançada tecnologia — por exemplo o traçado do gasoduto foi determinado a partir de fotos tiradas por satélite — e uma grande capacidade de dar resposta científica e técnica adequada, e em tempo útil, às dificuldades criadas pela política de sanções por parte dos Estados Unidos.

No plano humano, organizativo, e do nível geral de instrução, os factos são igualmente significativos.

20 000 homens trabalham actualmente na construção do gasoduto. São de uma forma geral jovens, especialistas altamente qualificados (que há quem queira confundir com presos em trabalhos forçados...). Diariamente a imprensa soviética recebe inúmeras ofertas de trabalhadores que querem também participar na grande construção. Pelos elevados salários, sem dúvida. Mas também pelo carácter apaixonante do trabalho nesta «obra do século», como já foi considerada na imprensa ocidental. Empenhamento que — de par com formas particularmente eficazes de organização de trabalho,

como é o caso do trabalho em brigada, que assenta na participação colectiva de todos tanto nas decisões, como na construção propriamente dita, e ainda na determinação dos salários a atribuir a cada um — produz os resultados que estão à vista. Resultados em que se baseia a afirmação inequívoca do governo soviético de que, apesar de todos os obstáculos que estão a ser levantados para o impedir, o gasoduto estará concluído nos prazos previstos.

Guerra económica
guerra política

A construção do gasoduto veio agravar as contradições no seio do mundo capitalista, demonstrando, por outro lado, o carácter irrealista, e desfazado das realidades da nossa época, da perigosa política que vem a ser promovida pela Casa Branca e pelo Pentágono.

A verdade é que actualmente a divisão internacional do trabalho, as relações económicas, tecnológicas, comerciais, entre os vários países, nomeadamente entre países socialistas e capitalistas, são um facto, uma tendência objectiva, uma realidade que nenhuma política irrealista pode alterar a seu bel-prazer.

E os factos estão à vista. Temos o «Financial Times» a afirmar que «é extremamente lamentável que a administração norte-americana se agarre a uma política que leva à deterioração das suas relações com os seus aliados europeus, e que não tem qualquer hipótese de fazer pressão sobre a União Soviética». Os industriais da RFA a reclamarem contra a invasão da Europa pelos capitais norte-americanos. Os japoneses a queixarem-se de que «a administração Reagan parece tentar apoderar-se, à força, do direito de controlar as relações económicas do Ocidente com a União Soviética, manobrando as



Quatro mil e quinhentos quilómetros de tubos através da União Soviética. Uma obra que atesta da capacidade técnico-científica da URSS

sanções». O secretário dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha, Francis Pym, a afirmar que «o que devemos fazer é juntarmo-nos para resolver este problema a fim de salvar a aliança».

Entretanto o gasoduto é construído aos ritmos previstos, e a França, RFA, Grã-Bretanha e Itália desafiam as tentativas de imposição da política norte-americana, honrando os seus compromissos com a União Soviética.

Uma prova consumada do total irrealismo da política norte-americana. Da força das leis objectivas do desenvolvimento sócio-económico.

Argentina

Primeiro comício dos comunistas
com milhares de pessoas

Mais de quarenta mil militantes e simpatizantes comunistas participaram no passado fim-de-semana no primeiro acto público de massas promovido pelo Partido Comunista da Argentina, o mais importante acontecimento político realizado desde que em Julho passado a administração militar levantou a interdição das actividades políticas, vigentes na Argentina desde o golpe de Estado de 24 de Março de 1976.

Centenas de autocarros fizeram transbordar as imediações do Estádio «Luna Park», cerca do por um verdadeiro cordão humano que fez paralisar o trânsito durante várias horas enquanto actuaram destacados artistas nacionais e se ouviram as intervenções políticas.

Saudações aos partidos comunistas do Chile, Uruguai e Paraguai, uma sentida homenagem aos milhares de desaparecidos vítimas da repressão marginal e aos soldados caídos nas Malvinas, antecederam os discursos dos secretários-gerais do PCA, camarada Athos Fava, e da Federação da Juventude Comunista (FJC), Patricio Echeagaray.

Neste gigantesco comício que dominou as atenções de todos os sectores políticos, depois

dos, presos, desaparecidos ou assassinados nos duros anos passados. Porém, como fez notar à multidão que agitava bandeiras rubras e argentinas, a reacção não conseguiu vencer o Partido da classe operária argentina.

Marcadas eleições gerais

O governo militar argentino marcou entretanto para 15 de Novembro de 1983 as eleições gerais, as primeiras que serão realizadas depois do golpe de 1976.

A decisão dos generais não exclui no entanto a possibilidade das eleições se viem a realizar mais cedo, como tem vindo a ser exigido pela maioria dos partidos políticos. A generalidade dos responsáveis políticos considera que a realização de eleições gerais poderá contribuir para a resolução dos graves problemas socioeconómicos com que se debate a Argentina.

Recorda-se que a dívida ex-

terna do país é de cerca de 40 bilhões de dólares, dos quais trinta por cento deverão ser pagos até ao fim do ano. Por outro lado, a inflação continua a aumentar assustadoramente; segundo dados oficiais, nos primeiros vinte dias de Agosto o custo de vida registou um aumento de 15 por cento, superior ao registado durante todo o mês de Julho.

Nestas circunstâncias os recentes aumentos decretados pelo governo foram considerados insuficientes por todas as organizações sindicais, não estando excluída a possibilidade de realização de greves e manifestações de protesto, malgrado as reiteradas advertências do Ministério do Trabalho contra tais medidas. O cumprimento das imposições do Fundo Monetário Internacional, pretendido pelas autoridades, é considerado pela generalidade das forças políticas e sociais como um travão ao processo de institucionalização em curso, tendo em conta o agudo descontentamento social que se faz sentir.

Grã-Bretanha — greve-geral
culmina ascenso de luta

Pela primeira vez há 56 anos, os trabalhadores da Grã-Bretanha vão fazer uma greve-geral no próximo dia 22. Os três maiores sindicatos do país já anunciaram o seu apoio à greve, a que se vão somando novas adesões.

Esta grande acção de massas em preparação reflecte a degradação da situação económica do país, em particular do nível de vida das massas trabalhadoras. Traduz o repúdio popular pela política seguida pelo governo conservador, que se vem a traduzir num sério agravamento da inflação e do desemprego.

A taxa de desempregados é a mais elevada dos países capitalistas desenvolvidos e a que está a crescer mais rapidamen-

te. Desde o regresso ao poder dos conservadores, em Maio de 1979, o número de desempregados aumentou em dois milhões.

Esta nova batalha dos trabalhadores ingleses contra o governo conservador, insere-se num nítido ascenso de luta que se tem vindo a registar no país.

Os mais recentes processos de luta foram as greves dos trabalhadores ferroviários e do sector da saúde.

A ofensiva do governo conservador contra o nível de vida, a redução dos gastos sociais e os esforços tendentes a limitar os direitos sindicais, originaram uma multiplicação do número de grevistas que, o ano passado, ultrapassou os 1,4 milhões.

Greves de 24 e 48 horas paralisaram, o ano passado, nos portos ingleses, 340 a 400 barcos, o que corresponde a quase metade da tonelagem da frota mercante nacional. Também os trabalhadores ferroviários, os chauffeurs das ambulâncias de Londres e da Escócia, os mineiros das minas de carvão de Gales do Sul, os operários das refinarias de petróleo, os trabalhadores do aeroporto de Heathrow, entre muitos outros sectores de trabalhadores, recorreram a esta forma de luta.

Este ano começou com a greve de seis semanas dos trabalhadores ferroviários. A greve destinava-se a levar o governo a cumprir o acordo sobre elevação dos salários de acordo com

o aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade. Apesar do recurso por parte do governo ao despedimento temporário de quase 65 000 trabalhadores, os trabalhadores saíram vitoriosos. Um factor estimulante para a necessária batalha quotidiana contra uma política que representa um permanente atentado às condições de vida e mesmo aos direitos sindicais dos trabalhadores ingleses.

A actual evolução do movimento dos trabalhadores ingleses indica que a desenfreada demagogia em torno das Malvinas, com recurso à exaltação de sentimentos chauvinistas, não salva o governo de Thatcher de uma crescente rejeição popular.